

MESTRADO
FILOSOFIA - ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

A Aporia da Diferença Sexual no Pensamento Feminista Contemporâneo

Uma Contradição Lógica Fundamental

Ana Cláudia Barbosa

M

2026



Ana Cláudia Barbosa

A Aporia da Diferença Sexual no Pensamento Feminista Contemporâneo

Uma Contradição Lógica Fundamental

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política, orientada pelo Professor Doutor Mattia Riccardi e pela Professora Doutora Alexandra Maria Lafaia Machado Abranches (Universidade do Minho).

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

*Às mulheres que resistem, sofrem, sangram, vivem e morrem. À materialidade
indomável da existência feminina.*

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	7
Agradecimentos	8
Resumo.....	9
Abstract	11
Introdução.....	13
Capítulo 1: A Insuficiência do Paradigma Performativo – Uma Crítica Ontológica e Política.....	22
1.1. O Paradoxo da Desmaterialização Libertadora.....	22
1.2. A Vulnerabilidade e a Questão da Materialidade Irredutível	24
1.3. Consequências Políticas e a Proposta de um Operador Alternativo	27
Capítulo 2: Os Limites das Ontologias Relacionais Existentes	30
2.1. Introdução: Para Além das Limitações das Abordagens Contemporâneas	30
2.2. As Teorias da Diferença Sexual: Materialidade sem Mecanismo	31
2.3. As Abordagens Interseccionais: A Multiplicidade sem o Mecanismo.....	34
2.4. As Abordagens Decoloniais: A Historicização sem a Materialização	37
2.5. Conclusão: Em Direção a um Operador Explicativo	40
Capítulo 3: A Inscrição Diferencial – Formulação de um Operador Explicativo Material-Discursivo	41
3.1. Introdução: Um Enigma Empírico	41
3.2. Formulação do Conceito: Da Abstração à Materialidade Concreta.....	41
3.3. Clarificação Epistemológica: O Triplo Estatuto da Inscrição Diferencial.....	45
3.4. O Mecanismo em Ação: Diálogo Crítico com as Abordagens Existentes.....	49
3.5. Limites e Desafios do Conceito de Inscrição Diferencial.....	52
3.6. Tensões Não Resolvidas: Agência Danificada e Categorias de Diferença Sexual.....	54
3.7. Hierarquia, Agência e a Emergência da Resistência Material	58
3.8. Conclusão	61
Capítulo 4: A Arte como Laboratório da Inscrição Diferencial.....	63
4.1. Introdução: Da "Prova" ao "Laboratório"	63
4.2. Ana Mendieta: Inscrição Telúrica e a Recalcitrância da Matéria	64
4.4. Teresa Margolles: Inscrição Forense e Incorporação Forçada da Violência	69
4.5. Conclusão: Da Microanálise Artística à Materialização Fisiológica.....	71

Capítulo 5: A Evidência Empírica da Inscrição Diferencial — Mecanismos, Materialidades e Agência	72
5.1. Introdução	72
5.2. A Inscrição Colonial e a Desinscrição Territorial: Mulheres Indígenas	72
5.3. A Inscrição Racial e o Desgaste Corporal: <i>Weathering</i> em Mulheres Negras.....	75
5.4. A Inscrição Fronteiriça e a Precarização da Vida: Mulheres Migrantes.....	79
5.5. Conclusão: Padrões Transversais e Especificidades Irredutíveis	82
Capítulo 6: Considerações Finais: Corpo, Poder e Transformação	83
Referências Bibliográficas	92

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de nenhuma das partes da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out any of the parts of this dissertation.

Porto, 26 de janeiro de 2025

Ana Cláudia Ferreira Barbosa

Agradecimentos

Às mulheres cujas vidas inspiraram esta investigação. Este trabalho começou como tentativa de compreender a vossa dor, e tornou-se um compromisso de nunca a esquecer.

Ao Professor Doutor Mattia Riccardi e à Professora Doutora Alexandra Abranches, pela orientação generosa e exigente. Obrigada pela paciência nos momentos difíceis, pelo rigor que me fez crescer, e por terem acreditado neste trabalho mesmo quando eu tantas vezes duvidei.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde aprendi a transformar indignação e raiva em pensamento crítico.

À minha família, pelo amor que me ensinou que há verdades que só o corpo conhece. Aos amigos que escolhi como família, pelo afeto que reconstrói.

Ao Miguel. Por estares sempre presente. Por acreditares em mim de forma inabalável. Por me lembrares que o rigor intelectual e a ternura não são incompatíveis. Esta dissertação existe porque tu insististe que ela podia existir.

Resumo

Esta dissertação identifica uma aporia ontológica fundamental no feminismo contemporâneo: a impossibilidade de pensar a materialidade da diferença sexual sem recair no essencialismo biológico ou na dissolução performativa. A análise crítica das principais tradições feministas — o paradigma performativo de Judith Butler, as ontologias relacionais de Luce Irigaray e Adriana Cavarero, a interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw e as perspectivas decoloniais de María Lugones — revela que, apesar das suas contribuições decisivas, todas carecem de um operador conceptual que explique como as estruturas de poder se materializam corporalmente através de processos fisiológicos identificáveis.

Como resposta a esta lacuna, propõe-se o conceito de inscrição diferencial: um processo histórico-político através do qual as opressões interseccionais se inscrevem nos corpos segundo três modalidades articuladas. A marcação opera através da classificação simbólico-política que hierarquiza corpos. A incorporação traduz estas marcações em alterações fisiológicas mensuráveis através de biomarcadores específicos. A materialização produz sedimentação duradoura em configurações corporais irreduzíveis que estruturam vulnerabilidades diferenciais.

O conceito funciona simultaneamente nos níveis ontológico, epistemológico e metodológico, ancorado no realismo agencial de Karen Barad, permitindo pensar a materialidade como simultaneamente construída e ontologicamente densa. A validação empírica mobiliza investigação biomédica sobre três grupos: mulheres indígenas (trauma colonial e desinserção territorial), mulheres negras (*weathering* e mortalidade materna desproporcional) e mulheres migrantes (precariedade legal e *stress* crónico).

A investigação analisa ainda práticas artísticas de reinscrição desenvolvidas por Ana Mendieta, Cecilia Vicuña e Teresa Margolles, demonstrando formas de resistência que operam através da materialidade corpórea. Culmina em implicações políticas para transformação radical das condições estruturais que produzem corpos diferentemente vulneráveis, reconhecendo tanto a profundidade da inscrição opressiva quanto a possibilidade de reinscrição através de práticas material-discursivas transformadoras.

Palavras-chave: Inscrição diferencial; Diferença sexual; Materialidade corpórea; Interseccionalidade; Feminismo decolonial

Abstract

This dissertation identifies a fundamental ontological aporia in contemporary feminism: the impossibility of thinking the materiality of sexual difference without falling into biological essentialism or performative dissolution. Critical analysis of major feminist traditions—Judith Butler's performative paradigm, the relational ontologies of Luce Irigaray and Adriana Cavarero, Kimberlé Crenshaw's intersectionality, and María Lugones's decolonial perspectives—reveals that despite their decisive contributions, all lack a conceptual operator explaining how power structures materialize corporeally through identifiable physiological processes.

In response to this lacuna, this research proposes the concept of differential inscription: a historical-political process through which intersectional oppressions inscribe themselves in bodies according to three articulated modalities. Marking operates through symbolic-political classification that hierarchizes bodies. Incorporation translates these markings into measurable physiological alterations through specific biomarkers. Materialization produces durable sedimentation in irreducible bodily configurations that structure differential vulnerabilities.

The concept functions simultaneously at ontological, epistemological, and methodological levels, anchored in Karen Barad's agential realism, enabling us to think materiality as simultaneously constructed and ontologically dense. Empirical validation mobilizes biomedical research on three groups: Indigenous women (colonial trauma and territorial dispossession), Black women (racial *weathering* and disproportionate maternal mortality), and migrant women (legal precarity and chronic stress).

The research also analyzes artistic practices of re-inscription developed by Ana Mendieta, Cecilia Vicuña, and Teresa Margolles, demonstrating forms of resistance operating through corporeal materiality. It culminates in political implications for radical transformation of structural conditions producing differentially vulnerable

bodies, recognizing both the depth of oppressive inscription and the possibility of re-inscription through transformative material-discursive practices.

Keywords: Differential inscription; Sexual difference; Corporeal materiality; Intersectionality; Decolonial feminism

Introdução

Das Vagas Feministas à Crise Ontológica Contemporânea

A compreensão da aporia central que atravessa o pensamento feminista contemporâneo exige uma genealogia das sucessivas vagas do movimento. Esta genealogia revela como cada vaga, ao resolver determinadas contradições estruturais, gerou simultaneamente novas aporias ontológicas que culminam na presente crise da diferença sexual enquanto categoria analítica e política fundamental.

A primeira vaga (meados do século XIX - 1920) concentrou-se na conquista de direitos políticos e civis, com particular ênfase no sufrágio universal (Baker, 2002). Liderado por figuras como Elizabeth Cady Stanton e Emmeline Pankhurst, este movimento operou sob uma lógica de igualdade formal que pressupunha uma categoria estável de "mulher" enquanto sujeito político legítimo (Terborg-Penn, 1998). A estratégia argumentativa assentava numa ontologia essencialista implícita: as mulheres, enquanto seres racionais, mereciam os mesmos direitos políticos fundamentais. Esta fundamentação, embora politicamente eficaz, naturalizou a diferença sexual enquanto categoria pré-política e autoevidente, sem investigar como as construções sociais atribuídas a essas diferenças são instrumentalizadas na manutenção de desigualdades sistemáticas.

A segunda vaga (década de 1960 - início dos anos 1980) representou uma radicalização através da politização da esfera privada e da crítica às estruturas patriarcais (Evans, 1979). O slogan "o pessoal é político" (Hanisch, 1970) sintetizava uma transformação epistemológica central: a opressão permeava todas as dimensões da existência social. Simone de Beauvoir, com *O Segundo Sexo* (1949), antecipou esta viragem ao argumentar que "não se nasce mulher, torna-se mulher" (Beauvoir, 1949/2010, p. 267). Esta formulação introduziu uma tensão ontológica que se revelaria central: se o gênero constitui uma construção social, qual o estatuto ontológico do sexo biológico? Esta tensão entre materialidade corpórea e construção social permaneceria irresolvida, preparando o terreno para as transformações teóricas da terceira vaga.

A terceira vaga (década de 1990) aprofundou esta desestabilização através da crítica interseccional e da influência do pós-estruturalismo (Walker, 1995). Kimberlé Crenshaw demonstrou que a categoria "mulher" era atravessada por diferenças de raça, classe e sexualidade que produziam experiências de opressão qualitativamente distintas (Crenshaw, 1989). Simultaneamente, a teoria queer, influenciada por Michel Foucault e sistematizada por Judith Butler, questionou radicalmente a estabilidade das categorias de sexo e género, propondo uma compreensão performativa da identidade sexual (Butler, 1990; Foucault, 1976). Ao celebrar a multiplicidade e a fluidez identitária, esta vaga gerou uma crise de legitimidade para qualquer política feminista baseada numa categoria estável de "mulher".

A quarta vaga, caracterizada pela massificação digital e pela radicalização interseccional, intensifica estas tensões sem as resolver (Chamberlain, 2017). A proliferação de micro-identidades e a crítica constante de qualquer universalização criam um paradoxo: quanto mais o feminismo se torna inclusivo, mais se torna incapaz de nomear aquilo contra o que luta (Banet-Weiser, 2018).

Esta genealogia revela que o feminismo contemporâneo enfrenta uma aporia no sentido aristotélico rigoroso: um impasse ontológico que emerge da própria lógica interna do desenvolvimento feminista. Por um lado, a crítica pós-estruturalista à naturalização das categorias revela-se filosoficamente robusta para combater o essencialismo biológico. Por outro, a dissolução completa destas categorias numa performatividade discursiva torna impossível nomear e combater a opressão material que se inscreve especificamente nos corpos sexuais como femininos.

A Dupla Operação de Silenciamento: Análise Ontológica da Contradição

A aporia manifesta-se através de uma dupla operação de silenciamento que desarma politicamente o feminismo quando este atinge a sua maior sofisticação teórica. Estas não são duas operações justapostas, mas duas modalidades ontologicamente distintas de negação do feminino que convergem para o mesmo resultado: a impossibilidade de articular uma política feminista eficaz baseada na materialidade da diferença sexual.

O primeiro silenciamento, enraizado na tradição metafísica ocidental, opera através da exclusão explícita do feminino enquanto princípio ontológico legítimo. Genevieve Lloyd propõe, em *The Man of Reason*, que a arquitetura da racionalidade ocidental se construiu em oposição sistemática ao feminino, consistentemente associado à emoção, ao corpo e à particularidade (Lloyd, 1984). Este silenciamento opera por exclusão binária cristalina: a mulher é explicitamente definida como não-racional, não-universal, não-sujeito. A violência reside na sua transparência ontológica — a exclusão é declarada, justificada filosoficamente e sistematizada através de uma economia conceptual hierárquica que permeia toda a tradição ocidental. A mulher não é meramente marginalizada; ela é ontologicamente necessária enquanto Outro constitutivo que permite ao sujeito masculino universal definir-se por oposição.

O segundo silenciamento, mais insidioso por se apresentar sob a bandeira da libertação progressista, opera através da dissolução conceptual das próprias categorias que poderiam sustentar uma política feminista. Característica de certas derivas do pensamento pós-identitário, esta modalidade não nega explicitamente a mulher enquanto categoria política, mas dissolve-a numa multiplicidade performativa que impossibilita qualquer ancoragem ontológica estável (Butler, 1993). Judith Butler, embora não seja responsável por todas as interpretações radicais da sua obra, fornece o aparato conceptual para esta dissolução ao afirmar que o sexo é "sempre já género" e que a materialidade do corpo é um "efeito do poder" discursivo (Butler, 1993, p. 1). Este silenciamento é subtil porque se apresenta como libertação: a mulher não é negada frontalmente, mas "desconstruída" numa infinidade de possibilidades performativas que esvaziam a categoria de consistência política operacional. Contudo, esta celebração da fluidez, levada às últimas consequências, torna estruturalmente impossível nomear e combater formas específicas de opressão que se inscrevem nos corpos das mulheres.

A convergência destes dois silenciamentos aparentemente antagónicos revela uma estrutura ontológica profunda: ambos partilham uma recusa em reconhecer a diferença sexual como realidade simultaneamente material e relacional, histórica e irreduzível. O primeiro nega através da naturalização essencialista que fixa diferenças em substâncias imutáveis; o segundo através da dissolução performativa que as reduz a efeitos

discursivos. Nenhum consegue pensar a diferença sexual como processo dinâmico de inscrição material que produz realidades corpóreas irreduzíveis sem as fixar em essências metafísicas imutáveis. Em ambos os casos, o resultado político é idêntico: a impossibilidade de articular uma política feminista baseada na materialidade irreduzível da experiência corpórea das mulheres.

A Novidade Irreduzível da Aporia: Para Além das Abordagens Existentes

A literatura feminista contemporânea oferece três estratégias principais para lidar com esta tensão ontológica, revelando-se todas insuficientes para resolver a aporia em toda a sua profundidade.

A primeira estratégia, representada por Luce Irigaray e Adriana Cavarero, procura reabilitar a diferença sexual através de uma ontologia específica do feminino que valoriza a especificidade irreduzível da experiência corpórea das mulheres (Irigaray, 1977; Cavarero, 1995). Irigaray desenvolve uma crítica sistemática à economia libidinal falocêntrica da psicanálise freudiana e lacaniana, revelando como esta reduz a sexualidade feminina a uma versão deficitária da masculina. A sua proposta de uma "morfologia do feminino" procura articular uma compreensão da diferença sexual irreduzível ao modelo masculino. Contudo, esta valorização arrisca-se a essencializar certas características como intrinsecamente femininas, criando uma forma de determinismo biológico que, embora positivo na sua valoração, permanece estruturalmente essencialista na sua fundamentação ontológica (Irigaray, 1977). Cavarero, por sua vez, desenvolve uma ontologia da relacionalidade através da categoria da "unicidade" (*uniqueness*) que caracteriza cada existência singular (Cavarero, 1995). Esta abordagem evita a universalização abstrata, mas tende a dissolver a diferença sexual numa relacionalidade genérica demasiado abstrata para analisar as formas concretas de materialização da opressão.

A segunda estratégia, exemplificada pela interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, reconhece a multiplicidade irreduzível das experiências de opressão e articula género, raça, classe e outras categorias através de análises complexas (Crenshaw, 1989; Collins, 2000). Esta abordagem fornece ferramentas analíticas

indispensáveis para mapear a complexidade multidimensional da opressão, mas não fornece um operador conceptual que explique o mecanismo pelo qual estas intersecções se inscrevem materialmente nos corpos. Crenshaw demonstra que as mulheres negras enfrentam formas específicas de discriminação irredutíveis à mera adição de sexismo e racismo, mas a sua análise permanece ao nível da identificação destas intersecções sem explicar como se materializam na experiência corpórea. Collins desenvolve uma epistemologia do ponto de vista situado (*standpoint theory*) que valoriza o conhecimento das mulheres negras, mas esta epistemologia, embora politicamente valiosa, carece de uma ontologia capaz de explicar como a opressão se inscreve materialmente nos corpos.

A terceira estratégia, representada pelas abordagens decoloniais de María Lugones e Ochy Curiel, radicaliza a crítica histórica ao revelar as origens coloniais das próprias categorias de sexo e género, mostrando como estas são imposições específicas do sistema colonial moderno (Lugones, 2007; Curiel, 2013). Lugones desenvolve o conceito de "sistema moderno/colonial de género" que revela como a colonização impôs não apenas estruturas económicas e políticas, mas também categorias de sexo e género estranhas às cosmologias indígenas pré-coloniais. Esta análise desnaturaliza completamente estas categorias e revela a sua função na dominação colonial, mas não ultrapassa o plano da genealogia histórica, sem esclarecer como esta imposição se traduz em processos fisiológicos nos corpos contemporâneos. Curiel radicaliza esta perspectiva ao propor uma "desidentificação" completa das categorias de sexo e género, argumentando que estas são irremediavelmente contaminadas pela sua origem colonial. Esta proposta evita qualquer cumplicidade com as estruturas coloniais, mas inviabiliza a nomeação e o combate de formas específicas de opressão que se inscrevem através destas categorias, mesmo que historicamente contingentes.

Estas três estratégias abordam a aporia através de ângulos distintos e complementares, mas todas evitam a questão central: como pensar a materialidade da diferença sexual de forma simultaneamente não-essencialista e não-discursivista? A primeira resolve prematuramente a tensão através da reafirmação da materialidade, mas ao preço de uma essencialização implícita. A segunda e terceira evitam o essencialismo, mas ao

preço de uma desmaterialização que torna impossível explicar adequadamente como a opressão se inscreve concretamente nos corpos.

Plano da Investigação

Diante desta aporia insuperável através das abordagens existentes, a presente investigação organiza-se em torno de uma questão central: Que operador conceptual pode pensar a materialidade da diferença sexual de forma simultaneamente não-essencialista e não-discursivista, e como se pode demonstrar empiricamente a sua validade analítica e normativa?

Esta investigação propõe o conceito de "inscrição diferencial" como resposta a esta lacuna. O termo opera em três registos analiticamente distintos, mas ontologicamente conectados: (1) como processo ontológico — fenómenos materiais reais que ocorrem em corpos independentemente da conceptualização; (2) como operador epistemológico — quadro hermenêutico que organiza conhecimento sobre esses processos; (3) como modelo metodológico — heurística operacionalizável para investigação empírica. A articulação destes três níveis e os critérios de validação específicos são desenvolvidos no terceiro capítulo. Esta distinção é crucial para evitar confusões entre afirmações sobre a realidade (ontologia) e formas de conhecer essa realidade (epistemologia).

A lacuna manifesta-se através de três dimensões interligadas. Primeiro, um desafio ontológico: sem um conceito capaz de pensar a diferença sexual como simultaneamente material e relacional, o feminismo oscila entre essencialismo e discursivismo. Segundo, uma limitação epistemológica: sem um operador que explique como as estruturas de poder se materializam nos corpos, o feminismo enfrenta dificuldades para intervir nas suas causas materiais. Terceiro, um problema político: sem ancoragem ontológica não-essencialista, o feminismo enfrenta dificuldades para nomear aquilo contra o que luta e construir alianças sólidas.

Metodologia: Uma Cadeia de Validação Sistemática

A metodologia organiza-se como uma cadeia de validação sistemática que demonstra, através de uma sequência argumentativa rigorosa, que o conceito de inscrição

diferencial oferece uma resposta produtiva e empiricamente fundamentada à aporia identificada. Não se trata de mera exposição descritiva, mas da construção de uma arquitetura argumentativa onde cada elemento contribui cumulativamente para a demonstração da validade e operacionalidade do conceito proposto. Esta cadeia desenvolve-se através de quatro momentos metodológicos que correspondem a etapas progressivas de fundamentação conceptual:

Primeiro momento (Capítulo 1): Análise exegética dos paradigmas teóricos existentes para identificar os seus limites ontológicos e explicativos intrínsecos. A análise crítica do paradigma performativo de Judith Butler indica que a desmaterialização do corpo não constitui um efeito colateral indesejado, mas uma consequência que deriva inexoravelmente das suas premissas ontológicas. A performatividade radical dissolve a materialidade corpórea de que o feminismo necessita para articular uma política de resistência à opressão materializada.

Segundo momento (Capítulo 2): Análise crítica das abordagens que procuram superar as limitações performativas através da relacionalidade, interseccionalidade ou decolonialidade. Embora tenham contribuído decisivamente para complexificar a compreensão da opressão, carecem de um operador conceptual que explique como esta multiplicidade se materializa nos corpos. A análise sistemática desde a morfologia do feminino de Irigaray até ao sistema moderno-colonial de género de Lugones comprova que todas partilham uma lacuna comum: a ausência de um mecanismo explicativo que articule a genealogia histórica das categorias de opressão com os processos fisiológicos através dos quais estas se inscrevem materialmente nos corpos contemporâneos.

Terceiro momento (Capítulos 3 e 5): Mobilização de investigação empírica das ciências biomédicas e da epidemiologia social para validar a hipótese central de que as estruturas de poder se materializam nos corpos através de processos fisiológicos mensuráveis. A análise de estudos como os de Bohren et al. (2015) sobre violência obstétrica, Geronimus (2001) sobre *weathering* em mulheres negras, Yehuda e Lehrner (2018) sobre trauma intergeracional, e Korous et al. (2017) sobre cortisol e discriminação, revela que a materialização da opressão constitui um processo fisiológico

empiricamente documentável através de biomarcadores específicos, alterações endócrinas mensuráveis e indicadores epidemiológicos verificáveis.

Quarto momento (Capítulo 4): Análise de práticas artísticas contemporâneas para demonstrar que a inscrição diferencial possui implicações normativas concretas para estratégias de resistência e transformação. As obras de Ana Mendieta, Cecilia Vicuña e Teresa Margolles desenvolvem estratégias específicas de reinscrição que operam diretamente ao nível da materialidade corpórea, revelando que a compreensão da opressão como inscrição material abre possibilidades específicas de resistência através da reapropriação e transformação das próprias materialidades inscritas.

Delimitação do Âmbito: Uma Investigação Feminista sobre Corpos Femininos

Esta é uma investigação de filosofia feminista que aborda um problema específico do pensamento feminista contemporâneo: a aporia da diferença sexual tal como se manifesta em debates sobre como pensar a materialidade da categoria "mulher" sem a essencializar. Consequentemente, a análise empírica foca deliberadamente em processos de inscrição que afetam especificamente corpos femininos.

Esta delimitação não constitui necessariamente uma lacuna, mas reflete uma escolha necessária sobre o âmbito de um projeto filosófico específico. A filosofia feminista possui o direito epistemológico e político de se focar especificamente em mulheres e nas formas particulares de opressão que as afetam. As teorias analisadas criticamente — de Irigaray, Cavarero, Butler, Crenshaw e Lugones — são todas teorias feministas desenvolvidas para compreender especificamente a opressão de mulheres. A inscrição diferencial é formulada como resposta a este debate especificamente feminista, e a sua validação empírica concentra-se nos contextos onde o problema se manifesta: a materialização da opressão em corpos femininos.

O foco em mulheres justifica-se por três razões adicionais. Primeiro, certas formas de inscrição opressiva manifestam-se em processos reprodutivos específicos a corpos com capacidades gestacionais, oferecendo contextos empiricamente privilegiados para documentar a materialização do poder (Creanga et al., 2015; CDC, 2019). Segundo, existe investigação biomédica e epidemiológica robusta sobre disparidades em saúde

que afetam especificamente mulheres, desenvolvida por investigadoras como Arline Geronimus (2001). Terceiro, a tradição de práticas artísticas feministas oferece contextos ricos para análise de estratégias de reinscrição (Capítulo 4).

Reconhece-se que estruturas de opressão afetam também homens, e que a inscrição diferencial seria potencialmente aplicável à análise de como se materializam em corpos masculinos. Contudo, o desenvolvimento sistemático destas aplicações não cabe no âmbito de uma dissertação de filosofia feminista sobre a diferença sexual feminina.

Contribuições Originais e Relevância Teórica

A presente investigação oferece três contribuições originais fundamentais:

Primeiro, a identificação e formulação da aporia da diferença sexual como contradição ontológica estrutural que explica a paralisia teórica e política do feminismo contemporâneo; segundo, a elaboração do operador conceptual "inscrição diferencial" como ferramenta analítica que permite pensar a materialidade da diferença sexual de forma simultaneamente não-essencialista e não-discursivista, superando as limitações das abordagens existentes; terceiro, a aplicação do operador a estudos de caso concretos sobre processos de materialização da opressão e estratégias de reinscrição transformativa, testando a sua capacidade heurística e operacionalidade analítica.

A relevância política desta investigação reside na sua capacidade de orientar estratégias transformadoras que superem as limitações atuais do movimento feminista, oferecendo uma base ontológica sólida para a articulação de alianças que não reproduzam nem o essencialismo nem o fragmentarismo identitário.

Capítulo 1: A Insuficiência do Paradigma Performativo – Uma Crítica Ontológica e Política

1.1. O Paradoxo da Desmaterialização Libertadora

A Arquitetura Conceptual da Performatividade

A teoria da performatividade de Butler desenvolve-se através de uma sequência argumentativa que procura resolver a tensão entre construção social e corporeidade (Butler, 1990; Butler, 1993). Em *Gender Trouble*, Butler argumenta que o género não constitui a expressão natural de uma identidade sexual pré-existente, mas um efeito performativo produzido através da "reiteração estilizada de atos" que criam a ilusão de uma substância interior estável (Butler, 1990, p. 179).

Para Butler, o género constitui uma construção instável, uma "paródia" constante das normas sociais dominantes, cuja repetição compulsiva confere a ilusão de substância ontológica sem jamais atingir verdadeira fixidez (Butler, 1990, p. 187). A passagem conceptual crucial ocorre quando Butler afirma que "não há identidade de género por trás das expressões de género; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias 'expressões' que supostamente são os seus resultados" (Butler, 1990, p. 185). Esta inversão causal estabelece o padrão argumentativo que será aplicado à relação entre materialidade corpórea e discurso.

Butler sustenta que a inteligibilidade social do sexo como categoria "natural" constitui o produto historicamente sedimentado de práticas discursivas específicas que operam através de mecanismos de citacionalidade performativa (Butler, 1993, p. 10). O sexo não é descoberto ou reconhecido, mas produzido através de atos performativos repetitivos que criam retroativamente a ilusão de uma materialidade pré-existente.

A Materialidade como Efeito do Poder

Clarificação metodológica preliminar: A crítica aqui desenvolvida não acusa Butler de um idealismo ingénuo que nega a existência material do corpo. Butler não afirma que a

matéria seja uma ilusão ou uma construção mental no sentido berkeliano. O seu projeto é simultaneamente epistemológico e ontológico, não metafísico e especulativo.

Em *Bodies That Matter*, Butler aplica esta estratégia à própria materialidade corpórea, argumentando que "a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização das normas regulatórias que governam a sua inteligibilidade" (Butler, 1993, p. 2). Butler não nega a existência de um corpo material; o seu projeto consiste em questionar como esse corpo adquire significado e se torna socialmente inteligível – como ele passa a "importar" (*matter*). A materialidade é "repensada como o efeito do poder" e é "indissociável das normas regulatórias que governam a sua materialização" (Butler, 1993, p. 2). Para Butler, "a materialidade do corpo não será pensável à parte da materialização dessa norma regulatória". O corpo não é uma "facticidade muda", mas é sempre "já gênero" (Butler, 1993, p. 30).

A formulação butleriana estabelece uma relação de indissociabilidade constitutiva entre materialidade e inteligibilidade: não podemos aceder à materialidade do corpo fora das normas que a tornam reconhecível, e essas normas não operam sobre uma matéria pré-existente, mas participam constitutivamente na sua materialização (Butler, 1993, pp. 1-23). Esta indissociabilidade não é apenas epistemológica (uma limitação do nosso conhecimento), mas ontológica: a materialidade é efeito do poder, não substrato anterior sobre o qual o poder opera (Butler, 1993, p. 34).

Butler procura evitar o determinismo através do conceito de "citacionalidade" derivado de Jacques Derrida, argumentando que a repetição performativa das normas nunca é perfeita e sempre contém a possibilidade de "falha" ou "subversão" (Butler, 1993, p. 94; Derrida, 1972). A repetição citacional das normas não é apenas mecânica, mas inerentemente instável, abrindo espaço para variações e rearticulações subversivas (Butler, 1993, pp. 93-119). A citacionalidade opera através de um processo de reiteração que nunca atinge identidade perfeita com aquilo que cita, criando um diferencial que pode ser mobilizado politicamente (Derrida, 1972, pp. 365-393).

Contudo, se a materialidade é constituída como efeito indissociável do discurso, a resistência permanece circunscrita pelos mesmos parâmetros discursivos que procura

desafiar (Butler, 1993, p. 34). A "falha" na citacionalidade não introduz uma exterioridade radical ao poder discursivo, mas uma variação interna que, embora politicamente significativa, opera dentro do horizonte de inteligibilidade estabelecido pelas próprias normas que governa (Butler, 1993, pp. 93-119). Esta limitação não é contingente, mas deriva da própria arquitetura conceptual do paradigma performativo: se não há materialidade inteligível fora das normas que a constituem, então não há ponto de apoio material externo ao discurso que possa fundamentar uma resistência que transcenda os termos da própria dominação.

1.2. A Vulnerabilidade e a Questão da Materialidade Irredutível

Vulnerabilidade como Condição Ontológica

A crítica ao paradigma performativo não implica um retorno ao essencialismo biológico, mas aponta para a necessidade de reconhecer dimensões da experiência corpórea que excedem a sua completa performativização discursiva. A vulnerabilidade corpórea constitui uma dimensão que não pode ser adequadamente teorizada exclusivamente através do paradigma performativo. Esta vulnerabilidade não é apenas social ou discursiva: os corpos podem ser feridos, violentados, explorados e destruídos de formas que possuem uma materialidade irredutível.

A vulnerabilidade deve ser compreendida como co-constituída pelo discurso, mas irredutível a ele. O discurso enquadra quem é vulnerável, como essa vulnerabilidade é reconhecida, e se essa vulnerabilidade importa socialmente. Contudo, independentemente de como é enquadrada simbolicamente, a vulnerabilidade implica a capacidade do corpo de sofrer danos físicos, dor, doença e morte. O discurso pode mediar e distribuir esta vulnerabilidade, tornando algumas populações mais suscetíveis aos danos do que outras, mas não a cria ex nihilo.

Esta distinção pode ser esclarecida através da própria obra posterior de Butler. Em *Precarious Life* (2004) e *Frames of War* (2009), Butler desenvolve os conceitos de "precariedade" (*precariousness*) e "precaridade" (*precarity*). A precariedade refere-se à condição ontológica partilhada de dependência e exposição, uma vulnerabilidade

constitutiva da condição humana (Butler, 2004). A precaridade, por sua vez, designa a alocação diferencial e politicamente induzida de vulnerabilidade que torna algumas populações mais sujeitas à violência arbitrária do que outras (Butler, 2004, p. XII).

Butler sugere que existem "maneiras de distribuir vulnerabilidade, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais sujeitas à violência arbitrária que outras" (Butler, 2004, p. XII). A precaridade é uma "condição politicamente induzida" que resulta dos quadros normativos que tornam certas vidas "reconhecíveis" e, portanto, "passíveis de luto" (*grievable*), enquanto outras não o são. A questão de quem "conta" como humano e cuja vida "importa" está intrinsecamente ligada aos mecanismos performativos de reconhecimento e exclusão.

Esta ênfase numa vulnerabilidade corporal partilhada não constitui necessariamente uma rutura com o trabalho anterior de Butler, mas pode ser interpretada como um desenvolvimento coerente. A vulnerabilidade não é conceptualizada como uma condição biológica universal pré-discursiva, mas como uma condição ontológica que é sempre mediada e distribuída através de quadros normativos específicos. Contudo, esta viragem ética evidencia uma tensão produtiva na obra butleriana: a ênfase na "vulnerabilidade" como base para uma ética de reconhecimento parece requerer o reconhecimento de uma dimensão da materialidade corpórea que, embora sempre mediada discursivamente, não pode ser completamente reduzida aos seus efeitos performativos.

O Sofrimento como Experiência Material

O sofrimento corpóreo constitui uma modalidade específica de experiência que resiste à sua completa simbolização discursiva. Esta resistência não é só epistemológica, mas ontológica: o sofrimento possui uma materialidade que excede sempre as tentativas de o representar ou simbolizar completamente. O sofrimento é sempre socialmente mediado e historicamente específico, mas possui uma densidade ontológica que resiste à sua completa performativização.

A Co-constituição Material-Simbólica no Quotidiano

Para compreender como o simbólico se materializa efetivamente nos corpos, considere-se o ideal social de magreza. Esta construção discursiva, disseminada através de mídia, publicidade e normas estéticas, não permanece no reino do simbólico, mas inscreve-se materialmente nos corpos através de práticas concretas de restrição alimentar e exercício físico intensivo. A anorexia nervosa demonstra de forma extrema este processo: a restrição calórica altera dramaticamente o metabolismo, reduzindo a taxa metabólica basal, diminuindo os níveis de leptina e adiponectina, e desregulando a produção hormonal. Estas alterações fisiológicas não são representações de um ideal, mas transformações materiais irreversíveis que incluem perda de massa óssea, amenorreia, e disfunções endócrinas.

Semelhantemente, a postura corporal materializa hierarquias sociais. O "corpo curvado" da submissão versus a "postura ereta" da autoridade não são apenas performances simbólicas, mas inscrições materiais que alteram a estrutura músculo-esquelética, afetam a respiração, e influenciam estados afetivos através de mecanismos de cognição corporificada (*embodied cognition*) (Wilson, 2002; Barsalou, 2008). A investigação sobre cognição corporificada evidencia que a postura corporal facilita o acesso a memórias autobiográficas específicas (Macrine & Fugate, 2021) e que experiências de trauma são revividas materialmente através de reações somáticas ao recordar eventos (Yehuda & Lehrner, 2018).

As Bases Neurofisiológicas da Materialização

O conceito de sofrimento deve abranger tanto dimensões físicas como mentais, reconhecendo que esta distinção é analítica, não ontológica. O sofrimento psicológico resultante de discriminação, microagressões ou trauma tem efeitos materiais e fisiológicos mensuráveis. O *stress* crônico e o trauma alteram a bioquímica e a estrutura cerebral de formas documentáveis. A investigação sobre neuroplasticidade comprova que experiências de *stress* prolongado afetam a expressão do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF), levando a alterações na função neuronal e plasticidade sináptica, particularmente no hipocampo e córtex pré-frontal. O cortisol, produzido em

resposta ao *stress*, afeta o sistema nervoso central ligando-se a recetores específicos, desencadeando respostas prolongadas que podem induzir atrofia neuronal.

Esta materialização do sofrimento psicológico não é um fenómeno imaterial ou puramente discursivo, mas uma via através da qual as estruturas de poder se inscrevem literalmente na biologia do corpo. A opressão não é apenas simbolicamente representada, mas materialmente inscrita nos corpos através de processos específicos que podem ser empiricamente documentados.

A Relacionalidade Material

Esta materialização relacional não é essencialista porque é sempre historicamente específica e socialmente mediada, mas é irreduzível porque produz realidades corpóreas que excedem as suas representações discursivas. A materialidade é simultaneamente efeito de processos sociais e condição ontológica que não pode ser dissolvida numa pura performatividade discursiva.

1.3. Consequências Políticas e a Proposta de um Operador Alternativo

Limitações Políticas da Desmaterialização

A teorização butleriana da materialidade como efeito do poder gera consequências para a articulação política feminista. Se as categorias de "mulher" e "homem" são efeitos performativos, torna-se inerentemente complexo articular uma política feminista baseada na experiência partilhada da opressão. A celebração da fluidez e multiplicidade identitária, embora teoricamente complexa, pode produzir uma fragmentação política que dificulta a articulação de alianças baseadas em interesses comuns.

A política feminista requer a capacidade de nomear formas específicas de opressão que se inscrevem nos corpos sexuais como femininos. Esta nomeação constitui a base para a organização da resistência. A dissolução performativa das categorias de sexo e género, embora teoricamente progressista, pode limitar a capacidade de articular formas específicas de resistência à opressão sexual.

O paradigma performativo revela-se insuficiente para teorizar a violência contra as mulheres enquanto processo que produz efeitos corporais irreduzíveis à sua significação discursiva. Esta violência produz ferimentos, traumas e mortes que possuem uma densidade ontológica irreduzível. A violência sexual, em particular, não é meramente uma "má" performatividade que pode ser corrigida através de uma "boa" performatividade, mas uma forma específica de inscrição material da dominação que requer formas específicas de resistência material. A teoria performativa oferece ferramentas essenciais para desnaturalizar as categorias de sexo e gênero, abrindo espaço para múltiplas configurações identitárias, pelo que a presente investigação procura desenvolver estas intuições através de uma atenção aos processos materiais de incorporação da violência, que complementa a análise performativa sem a substituir. É importante sublinhar que a crítica aqui desenvolvida não visa desqualificar a contribuição butleriana, mas identificar um aspeto específico — a materialização fisiológica da opressão — que, embora não seja o foco primário da teoria performativa, se revela crucial para certas questões políticas feministas.

A Proposta de um Operador Alternativo

A análise precedente revela tensões estruturais no paradigma performativo que apontam para a necessidade de um operador conceptual alternativo. A conceptualização butleriana da materialidade como efeito do poder gera três limitações interligadas: primeiro, a incapacidade de fundamentar uma agência que transcenda as normas discursivas que constituem o sujeito; segundo, a dificuldade em teorizar a vulnerabilidade e o sofrimento como experiências com densidade material irreduzível; terceiro, a insuficiência para teorizar formas específicas de violência contra as mulheres que produzem efeitos corpóreos irreduzíveis à sua significação discursiva.

Estas limitações não são falhas contingentes passíveis de correção interna, mas derivam da própria arquitetura conceptual do paradigma performativo. Se a materialidade é constituída como efeito indissociável do discurso, a resistência permanece circunscrita pelos mesmos parâmetros discursivos que procura desafiar. É precisamente para resolver estas aporias que se propõe o conceito de inscrição diferencial (desenvolvido

no Capítulo 3) — um operador que permite pensar a materialidade como simultaneamente constitutiva e irreduzível, relacional e recalcitrante.

Esta crítica não constitui uma rejeição da contribuição butleriana, mas uma superação dialética que preserva os seus insights válidos — a desnaturalização radical das categorias de sexo e género, a revelação do carácter historicamente contingente das normas regulatórias — enquanto supera as suas limitações estruturais através da atenção aos processos materiais de incorporação da opressão. Esta superação é necessária para o desenvolvimento de uma política feminista capaz de nomear e combater eficazmente as formas materiais de opressão que se inscrevem especificamente nos corpos sexuais como femininos.

Capítulo 2: Os Limites das Ontologias Relacionais Existentes

2.1. Introdução: Para Além das Limitações das Abordagens Contemporâneas

O capítulo anterior demonstrou que o paradigma performativo, embora central para a desnaturalização das categorias de sexo e gênero, enfrenta limitações estruturais: a desmaterialização progressiva da corporeidade impossibilita explicar adequadamente como a opressão se materializa nos corpos e como pode ser combatida ao nível da materialização.

Contudo, existem múltiplas tradições teóricas que procuram evitar tanto o essencialismo biológico quanto a desmaterialização performativa através da relacionalidade, da interseccionalidade ou da decolonialidade. Estas abordagens — de Irigaray e Cavarero (diferença sexual), Crenshaw e Collins (interseccionalidade), e Lugones (decolonialidade) — representam contribuições fundamentais que transformaram o pensamento feminista contemporâneo, desenvolvendo dimensões específicas da análise da diferença sexual que esta investigação procura complementar.

O presente capítulo procura demonstrar que, embora estas abordagens evitem os problemas da desmaterialização butleriana e ofereçam compreensões multidimensionais da multiplicidade e relacionalidade da experiência, nenhuma desenvolve um operador conceptual que explique como as estruturas de poder se materializam nos corpos através de processos identificáveis, mensuráveis e politicamente transformáveis. Esta lacuna possui consequências políticas diretas: sem compreender como a opressão se materializa através de processos específicos, torna-se difícil desenvolver estratégias eficazes para a combater ao nível das suas causas materiais fundamentais.

2.2. As Teorias da Diferença Sexual: Materialidade sem Mecanismo

Luce Irigaray e a Morfologia do Feminino

Luce Irigaray desenvolve uma crítica ao falocentrismo da tradição psicanalítica e filosófica ocidental, propondo uma compreensão alternativa da diferença sexual que valoriza positivamente a especificidade irreduzível da experiência feminina através do conceito de "morfologia do feminino" (Irigaray, 1977; Irigaray, 1984). Esta abordagem procura articular materialidade e relacionalidade sem recair nas limitações do essencialismo biológico ou do construcionismo radical.

A crítica irigarayana ao falocentrismo opera através de uma análise exegética dos textos fundacionais da psicanálise freudiana e lacaniana, revelando como esta tradição constrói a sexualidade feminina como uma versão deficitária, incompleta ou patológica da sexualidade masculina tomada como norma universal (Irigaray, 1977, pp. 13-85).

Irigaray (1977) demonstra como Freud conceptualiza a sexualidade feminina através da categoria da "inveja do pénis", reduzindo o desejo feminino a uma modalidade reativa e negativa, e como Lacan elabora esta redução através da teoria do significante fálico que organiza toda a economia simbólica, relegando o feminino ao estatuto de "não-tudo". A análise de Irigaray revela que esta redução deriva da própria estrutura conceptual da psicanálise que opera através de uma "lógica do mesmo" (*logique du même*) que só consegue pensar a diferença como negação, falta ou desvio em relação a uma norma masculina implicitamente universalizada (Irigaray, 1977, pp. 86-105). Esta lógica torna estruturalmente impossível pensar a especificidade positiva da sexualidade feminina, consistentemente reduzida a uma modalidade deficitária da sexualidade masculina.

A "morfologia do feminino" constitui a resposta teórica de Irigaray a esta redução. Em vez de aceitar a definição falocêntrica da sexualidade feminina como falta, Irigaray procura articular uma compreensão positiva da especificidade feminina que emerge da própria estrutura morfológica dos órgãos genitais femininos, caracterizados pela multiplicidade, pela autoafeção e pela relacionalidade constitutiva (Irigaray, 1977, pp.

23-32). Os lábios vaginais, ao contrário do pênis, não constituem um órgão único e centralizado, mas uma multiplicidade que se toca a si própria numa autoafeção constitutiva que não requer mediação externa. Esta morfologia torna-se o fundamento ontológico e simbólico para uma subjetividade feminina alternativa, caracterizada pela multiplicidade, pela fluidez e pela relacionalidade constitutiva que não são redutíveis ao modelo masculino da subjetividade centrada, unificada e autoidêntica (Irigaray, 1984, pp. 106-118).

Os Limites da Morfologia

A morfologia irigarayana, embora represente uma contribuição valiosa para a valorização da especificidade feminina, enfrenta uma limitação estrutural na passagem conceptual da morfologia anatómica para a ontologia da subjetividade. Ao derivar a subjetividade diretamente da morfologia, a teoria fixa a diferença sexual numa base anatómica, deixando por demonstrar o modo de operação desta fundamentação e as suas possibilidades de transformação histórica (Irigaray, 1977, pp. 23-32). Esta limitação torna-se problemática quando se considera a diversidade irreduzível das experiências das mulheres em diferentes contextos históricos, culturais e sociais: se a subjetividade feminina deriva diretamente da morfologia anatómica, como explicar as diferenças entre mulheres de diferentes classes, raças, culturas e épocas históricas? A morfologia irigarayana tende a universalizar uma experiência específica da feminilidade que pode não ser representativa da diversidade real das experiências das mulheres, reproduzindo o risco de naturalização que procura superar.

Adriana Cavarero e a Ontologia da Relacionalidade

Adriana Cavarero desenvolve uma abordagem alternativa à diferença sexual que procura evitar tanto o essencialismo biológico quanto a desmaterialização performativa através de uma ontologia da relacionalidade que valoriza a singularidade irreduzível de cada existência enquanto emergindo constitutivamente através de relações específicas com outros indivíduos singulares (Cavarero, 1995; Cavarero, 2000). Esta abordagem representa um avanço em relação à morfologia irigarayana, oferecendo uma compreensão mais dinâmica e historicamente sensível da diferença sexual.

A crítica cavareriana à tradição filosófica ocidental opera através de uma análise da construção histórica do sujeito universal abstrato que caracteriza a metafísica desde Platão até à modernidade, revelando como esta construção opera através da negação da singularidade, da corporalidade e da relacionalidade que caracterizam a experiência vivida concreta (Cavarero, 1995, pp. 13-34). A filosofia ocidental constrói-se através da oposição entre universal e particular, necessário e contingente, racional e corporal, privilegiando o primeiro termo de cada oposição e relegando o segundo ao estatuto de desvio ou irracionalidade. Cavarero demonstra que esta construção não é neutra nem universal, mas reflete e reproduz uma perspectiva especificamente masculina que universaliza a sua própria experiência particular enquanto marginaliza a experiência feminina caracterizada pela relacionalidade, pela corporalidade e pela singularidade irreduzível (Cavarero, 1995, pp. 35-67).

A ontologia da relacionalidade constitui a resposta teórica de Cavarero a esta marginalização. Em vez de procurar incluir as mulheres dentro da ontologia existente, Cavarero propõe uma transformação radical que privilegie a relacionalidade, a singularidade e a corporalidade como características ontológicas fundamentais de toda a existência humana (Cavarero, 2000, pp. 89-112). Esta ontologia não deriva a relacionalidade de uma essência feminina pré-constituída, mas compreende a própria constituição da subjetividade como emergindo relacionalmente através de encontros específicos com outros singulares irreduzíveis a categorias universais abstratas. Cada existência é constitutivamente singular e relacionalmente constituída: não existe antes das relações que a constituem, mas emerge através delas enquanto singularidade irreduzível.

Os Limites da Relacionalidade

A ontologia cavareriana, embora evite os problemas do essencialismo irigarayano, enfrenta uma limitação estrutural na passagem conceptual da ontologia da relacionalidade para a materialidade corpórea concreta. Cavarero argumenta que a subjetividade emerge relacionalmente através de encontros específicos, mas não explica como estes encontros se materializam em realidades corporais específicas que

possam ser empiricamente documentadas e politicamente transformadas (Cavarero, 2000, pp. 89-112). A relacionalidade permanece demasiado abstrata e genérica para fornecer uma base sólida para a análise das formas concretas de materialização da opressão. Se toda a subjetividade é relacionalmente constituída, como explicar que certas relações produzem opressão enquanto outras produzem libertação? Como explicar que a opressão se inscreve materialmente nos corpos através de processos que produzem efeitos fisiológicos, psicológicos e sociais mensuráveis? A relacionalidade genérica não fornece critérios suficientes para distinguir entre diferentes tipos de relações nem para explicar como elas se materializam diferentemente nos corpos (Cavarero, 1995; Cavarero, 2000).

2.3. As Abordagens Interseccionais: A Multiplicidade sem o Mecanismo

Kimberlé Crenshaw e a Interseccionalidade: O Mapeamento das Sobreposições

Kimberlé Crenshaw, em artigos que se tornaram referências incontornáveis como "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex" (1989) e "Mapping the Margins" (1991), desenvolve o conceito de interseccionalidade para abarcar a experiência específica e irreduzível das mulheres negras, que não pode ser apropriadamente compreendida através da simples adição aritmética das categorias "mulher" e "negra" nem reduzida a qualquer uma delas isoladamente (Crenshaw, 1989; Crenshaw, 1991).

A análise de Crenshaw demonstra que o feminismo hegemónico, ao privilegiar a experiência das mulheres brancas de classe média como norma universal, torna sistematicamente invisível a experiência específica das mulheres negras, que enfrentam formas particulares de discriminação irreduzíveis nem ao sexismo (tal como experienciado por mulheres brancas) nem ao racismo (tal como experienciado por homens negros) considerados isoladamente (Crenshaw, 1989, pp. 139-167). Esta invisibilidade não é acidental, mas estrutural e constitutiva: deriva da própria lógica monocategorial que organiza tanto o pensamento feminista hegemónico quanto o pensamento antirracista dominante, ambos incapazes de conceptualizar experiências que emergem da intersecção de múltiplas opressões.

As categorias "mulher" e "negro" foram historicamente construídas de forma a privilegiar certas experiências (mulheres brancas no feminismo, homens negros no antirracismo) e a marginalizar outras (mulheres negras em ambos os casos), tornando impossível articular uma compreensão adequada da especificidade irreduzível da sua experiência (Crenshaw, 1989, pp. 143-152). Esta construção categorial reflete e reproduz relações de poder que operam através da invisibilização de certas experiências.

Crenshaw utiliza a metáfora do cruzamento de estradas para ilustrar esta inadequação conceptual: as mulheres negras encontram-se na intersecção entre as "estradas" do sexismo e do racismo, sendo atingidas por "tráfego" discriminatório que vem simultaneamente de múltiplas direcções (Crenshaw, 1989, p. 149). Esta metáfora revela que a experiência das mulheres negras não é a soma aritmética do sexismo e do racismo, mas uma forma específica e irreduzível de opressão que emerge da sua intersecção particular.

A partir desta crítica, Crenshaw desenvolve a interseccionalidade como método analítico que mapeia as correlações complexas entre diferentes sistemas de dominação e compreende como elas se articulam para produzir experiências específicas de subordinação irreduzíveis aos seus componentes isolados (Crenshaw, 1991, pp. 1241-1299). A interseccionalidade opera através de três níveis analíticos complementares: o estrutural (instituições e práticas sociais que produzem a intersecção), o político (como a intersecção afeta estratégias de resistência) e o representacional (como a intersecção é simbolicamente construída e culturalmente significada) (Crenshaw, 1991, pp. 1245-1282). Esta abordagem multidimensional permite uma análise mais precisa da opressão do que as abordagens monocategoriais tradicionais, revelando como diferentes sistemas de dominação se articulam para produzir efeitos específicos não previsíveis a partir do conhecimento dos sistemas isolados.

Os Limites da Interseccionalidade

A interseccionalidade, embora represente uma contribuição fulcral para a compreensão da complexidade multidimensional da opressão, define o seu projeto teórico num

registo sociológico e político: mapeia onde as opressões se cruzam e como se manifestam socialmente, mas não explica como se materializam concretamente nos corpos através de processos fisiológicos específicos (Crenshaw, 1989; Crenshaw, 1991). A metáfora do cruzamento de estradas sugere que as mulheres negras são "atingidas" por múltiplas formas de "tráfego" discriminatório, mas não explica como este "impacto" se materializa em efeitos corporais específicos, como se inscreve na memória corpórea ou como altera processos fisiológicos (Crenshaw, 1989, p. 149). A interseccionalidade circunscreve-se à correlação estatística e à análise sociológica, não chegando a explicar a causalidade material dos processos de incorporação através dos quais a discriminação se converte em materialidade corpórea concreta (Crenshaw, 1989, pp. 139-167; Crenshaw, 1991, pp. 1241-1299).

Patricia Hill Collins e a Matriz de Dominação

Patricia Hill Collins, em *Black Feminist Thought* (1990) e obras posteriores, desenvolve o conceito de "matriz de dominação" para sistematizar e aprofundar a análise interseccional, fornecendo um quadro teórico mais abrangente para compreender a articulação complexa entre diferentes sistemas de opressão (Collins, 2000).

O conceito de "matriz de dominação" expande a análise de Crenshaw ao propor um modelo sistémico que articula quatro domínios de poder interligados: o estrutural, o disciplinar, o hegemónico e o interpessoal. Collins argumenta que a opressão opera através de uma matriz complexa e multidimensional que articula múltiplos sistemas de poder (raça, classe, género, sexualidade, nacionalidade, idade, capacidade) através destes quatro domínios mutuamente constitutivos (Collins, 2000, pp. 276-290). O domínio estrutural estabelece as regras formais e os arranjos institucionais, o domínio disciplinar controla e disciplina os comportamentos, o domínio hegemónico legitima e naturaliza a dominação através de ideologias, e o domínio interpessoal atualiza e reproduz as relações de poder na vida quotidiana (Collins, 2000, pp. 277-285). A matriz não é uma "sobreposição" mecânica de opressões separadas, mas um sistema integrado que opera através de múltiplas dimensões simultaneamente, produzindo efeitos específicos irredutíveis aos seus componentes isolados.

A partir da análise da matriz de dominação, Collins desenvolve uma teoria do "pensamento feminista negro" como epistemologia alternativa que emerge da experiência específica das mulheres negras na intersecção de múltiplas opressões e que produz formas de conhecimento não reconhecidas nem validadas pelas epistemologias hegemónicas (Collins, 2000, pp. 201-219). O pensamento feminista negro caracteriza-se por quatro características epistemológicas fundamentais: a experiência vivida como critério primário de significado, o uso do diálogo intersubjetivo para avaliar e validar o conhecimento, a ética do cuidado como princípio organizador, e a ética da responsabilidade pessoal como imperativo ético (Collins, 2000, pp. 212-217).

Os Limites da Matriz

A matriz de dominação, embora represente uma complexidade teórica valiosa, mantém a limitação constitutiva da interseccionalidade: Collins identifica os quatro domínios através dos quais a matriz opera e as suas articulações específicas, mas não explica como estes domínios se articulam para produzir efeitos corporais específicos empiricamente documentáveis (Collins, 2000, pp. 276-290). Como é que o domínio estrutural se torna experiência corpórea vivida? Como é que o domínio hegemónico se inscreve na memória corpórea e altera processos fisiológicos? Como é que o domínio interpessoal produz efeitos materiais mensuráveis que se acumulam ao longo do tempo? A abordagem interseccional mapeia a complexidade multidimensional da opressão, mas não fornece um modelo explicativo dos processos de incorporação através dos quais esta multiplicidade se torna realidade fisiológica (Collins, 2000, pp. 201-219; pp. 276-290).

2.4. As Abordagens Decoloniais: A Historicização sem a Materialização

María Lugones e o Sistema Moderno/Colonial de Género

María Lugones desenvolve uma crítica radical às categorias de sexo e género através do conceito de "sistema moderno/colonial de género" que revela como estas categorias aparentemente universais são, na realidade, imposições específicas do projeto colonial

européu violentamente impostas sobre cosmologias indígenas que operavam através de lógicas ontológicas completamente diferentes (Lugones, 2007; Lugones, 2010).

A análise de Lugones demonstra que estas categorias não são universais nem trans-históricas, mas constituem imposições específicas do sistema colonial moderno que opera através da destruição de outras formas de organização social, sexual e cosmológica que não se conformavam ao dimorfismo sexual binário e à heterossexualidade compulsória que caracterizam a modernidade europeia (Lugones, 2007, pp. 186-209). Esta imposição não foi meramente "cultural" ou "ideológica", mas fundamentalmente violenta: operou através do genocídio, da escravização e da destruição de formas alternativas de vida. A colonialidade do género revela-se como uma dimensão estrutural e constitutiva do projeto colonial que não pode ser compreendida separadamente da colonialidade do poder e do saber. O género não é apenas uma categoria aplicada aos povos colonizados, mas um mecanismo através do qual a colonização operou para destruir formas alternativas de organização social e impor a lógica binária e hierárquica que caracteriza a modernidade europeia.

Os Limites da Decolonialidade: A Materialização Contemporânea do Trauma Colonial

A análise de Lugones, embora represente uma contribuição crucial para a compreensão da historicidade radical das categorias de sexo e género, permanece essencialmente ao nível da genealogia histórica, sem explicitar a ponte que liga a imposição histórica aos mecanismos fisiológicos atuais através dos quais ela se materializa efetivamente nos corpos contemporâneos (Lugones, 2007; Lugones, 2010).

Esta lacuna torna-se evidente quando se considera a investigação empírica sobre os efeitos do colonialismo histórico na saúde das populações indígenas contemporâneas. Como é que a imposição histórica do dimorfismo sexual colonial se traduz, hoje, em taxas diferenciais de doenças crónicas, *stress* crónico e sofrimento psicológico documentado em mulheres de comunidades indígenas? Os dados epidemiológicos revelam que 60% dos indígenas adultos não-aldeados apresentam pelo menos uma doença crónica (IBGE, 2020), uma proporção significativamente superior à da população geral. As populações indígenas enfrentam uma transição epidemiológica acelerada de

doenças infecciosas para doenças crônicas não-transmissíveis, incluindo diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

A investigação sobre trauma histórico e trauma intergeracional demonstra que experiências coletivas de genocídio, violência e opressão produzem alterações epigenéticas que são transmitidas através de gerações (Yehuda & Lehrner, 2018). Estudos sobre sobreviventes de guerras e genocídios revelam padrões de metilação do DNA em genes relacionados à regulação do *stress* que estão presentes tanto nos indivíduos expostos diretamente ao trauma quanto nos seus descendentes. Estas alterações epigenéticas afetam o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA), essencial na regulação da resposta ao *stress*, alterando a sensibilidade aos recetores de glicocorticoides e contribuindo para maior reatividade ao cortisol (Yehuda & Lehrner, 2018, pp. 243-257).

A hipótese do *weathering* (desgaste), desenvolvida pela investigadora Arline Geronimus, explica como o racismo, as microagressões e as desvantagens socioeconómicas colocam populações sob *stress* crónico diário que literalmente "desgasta" a sua saúde física, levando a um envelhecimento acelerado e tornando-as suscetíveis a problemas de saúde graves (Geronimus, 2001). Esta hipótese demonstra por que razão mulheres negras têm bebés mais saudáveis na adolescência do que aos vinte anos: na terceira década de vida, estas mulheres já suportaram uma década adicional de *stress* crónico, aumentando a sua idade biológica e elevando o risco de complicações na gravidez (Geronimus, 2001, pp. 133-136).

A investigação sobre violência colonial contra mulheres indígenas revela como esta violência não é apenas histórica, mas continua a operar através de estruturas contemporâneas que produzem efeitos corporais mensuráveis. Mulheres indígenas relatam sentir a violência colonial "na coluna vertebral" ("*I can feel it in my spine*"), uma expressão que revela a incorporação literal do trauma histórico em experiências somáticas. Esta materialização corporal do trauma colonial não é metafórica, mas fisiológica, manifestando-se em dor crónica, doenças autoimunes e perturbações do sistema nervoso. A genealogia histórica, embora necessária e politicamente valiosa, não

é suficiente para explicar estes processos de materialização contemporânea (Lugones, 2007, pp. 186-209; Geronimus, 2001; Yehuda & Lehrner, 2018).

2.5. Conclusão: Em Direção a um Operador Explicativo

A análise crítica desenvolvida neste capítulo estabelece que um operador conceptual adequado para superar as limitações identificadas deve satisfazer três condições fundamentais e simultâneas. Primeiro, articular a materialidade irreduzível da experiência corpórea sem recorrer ao essencialismo biológico (como Irigaray) ou a uma relacionalidade tão genérica que não consegue explicar processos concretos de materialização (como Cavarero). Segundo, fornecer um modelo explicativo para os processos de incorporação que vá além da descrição das correlações interseccionais (como Crenshaw) ou da sistematização dos domínios de poder (como Collins), explicando como a multiplicidade de opressões se materializa fisiologicamente nos corpos. Terceiro, conectar a genealogia histórica da opressão (como Lugones) com a sua materialização fisiológica e experiencial no presente, explicando como a imposição colonial histórica se torna realidade corporal contemporânea através de processos como alterações epigenéticas, *stress* crónico e trauma intergeracional (Irigaray, 1977; Cavarero, 1995; Crenshaw, 1989; Collins, 2000; Lugones, 2007).

As principais abordagens existentes desenvolveram dimensões específicas e complementares da análise feminista: Irigaray e Cavarero exploraram a materialidade e a relacionalidade; a interseccionalidade mapeou a complexidade multidimensional da opressão; a perspectiva decolonial historizou radicalmente as categorias. Nenhuma se propôs a articular estas três dimensões num único quadro explicativo. O conceito de "inscrição diferencial", desenvolvido no capítulo seguinte, procura responder a esta lacuna através de uma compreensão da diferença sexual como processo histórico de marcação corporal que produz realidades materiais irreduzíveis sem as fixar em essências imutáveis ou dissolvê-las em pura contingência discursiva, articulando dimensões que estas abordagens, isoladamente, não conseguem integrar plenamente (Irigaray, 1977; Cavarero, 1995; Crenshaw, 1989; Collins, 2000; Lugones, 2007).

Capítulo 3: A Inscrição Diferencial – Formulação de um Operador Explicativo Material-Discursivo

3.1. Introdução: Um Enigma Empírico

Por que razão as mulheres negras nos Estados Unidos, independentemente do nível de rendimento ou de educação, apresentam taxas de mortalidade materna 3 a 4 vezes superiores às das mulheres brancas (Creanga et al., 2015, 2017)? Esta não é uma metáfora nem uma construção discursiva; é uma realidade material mensurável que mata mulheres concretas. Os dados biomédicos revelam que mulheres negras de classe média-alta apresentam piores indicadores de saúde materna do que mulheres brancas em situação de pobreza. Como explicar esta materialização da opressão que atravessa barreiras de classe?

Este capítulo desenvolve o conceito de inscrição diferencial como operador explicativo capaz de responder a este enigma empírico, articulando as contribuições das abordagens anteriores num quadro que especifica os mecanismos através dos quais as estruturas de poder se materializam corporalmente. A proposta desenvolve-se através de três momentos articulados: primeiro, a definição do conceito ancorada em exemplos concretos; segundo, o diálogo crítico com abordagens existentes que demonstra a sua originalidade; terceiro, a fundamentação ontológica que resolve a tensão entre estrutura e agência.

3.2. Formulação do Conceito: Da Abstração à Materialidade Concreta

Definição e Mecanismo Triádico

A inscrição diferencial define-se como o processo histórico através do qual as estruturas de poder se materializam em corpos concretos através de três modalidades articuladas: marcação, incorporação e materialização. Estas três modalidades não operam sequencialmente, mas co-constitutivamente, produzindo realidades corporais que são simultaneamente materiais e simbólicas, individuais e sociais, contingentes e duradouras.

Marcação refere-se aos processos semióticos através dos quais corpos são diferencialmente significados dentro de sistemas simbólicos específicos. Incorporação designa os processos fisiológicos através dos quais estas marcações simbólicas se inscrevem materialmente nos corpos através de mecanismos mensuráveis (ativação do eixo HPA, alterações epigenéticas, neuroplasticidade). Materialização refere-se à sedimentação durável destes processos em padrões estáveis de saúde e doença que se tornam características corporais relativamente permanentes.

Importa clarificar que, embora o mecanismo seja apresentado através das modalidades de marcação, incorporação e materialização, estas não operam segundo uma progressão temporal linear rígida. As três modalidades operam frequentemente de forma simultânea e mutuamente constitutiva: uma mulher negra que enfrenta discriminação numa consulta médica experiencia simultaneamente a marcação (o olhar racista da equipa médica), a incorporação (a ativação imediata do eixo HPA e a elevação do cortisol) e, potencialmente, a materialização (se esta experiência se inscreve num padrão de discriminação repetida que contribui para *weathering* acelerado). A distinção triádica funciona como heurística analítica que permite organizar e interpretar processos complexos de materialização, tornando inteligíveis fenómenos que eram previamente opacos.

Primeira Modalidade: Marcação

A marcação refere-se aos processos através dos quais os corpos são diferencialmente significados através de sistemas simbólicos que os posicionam em hierarquias específicas. No caso das mulheres migrantes, a marcação opera através da categoria legal de "ilegal" ou "indocumentada". Esta não é apenas uma designação administrativa, mas uma marcação que produz efeitos materiais: define o acesso a serviços de saúde, determina a exposição a ambientes de trabalho perigosos, e estrutura relações sociais caracterizadas por hipervigilância constante face à possibilidade de deportação. A marcação como "ilegal" não descreve uma realidade pré-existente, mas participa

constitutivamente na produção dessa realidade através de práticas específicas que restringem mobilidade, acesso a recursos e reconhecimento social.

Segunda Modalidade: Incorporação

A incorporação refere-se aos processos através dos quais as marcações se inscrevem materialmente nos corpos através de alterações fisiológicas, psicológicas e sociais mensuráveis. O conceito de *weathering*, desenvolvido por Arline Geronimus, documenta precisamente este processo: a exposição crónica ao racismo e à discriminação interseccional produz alterações mensuráveis — telómeros mais curtos (indicador de envelhecimento celular acelerado correspondente a uma diferença de 7-10 anos), níveis elevados de cortisol (hormona do *stress*), carga alostática elevada (sobrecarga em múltiplos sistemas fisiológicos) e inflamação crónica (níveis elevados de proteína C-reativa e interleucina-6) (Geronimus, 2001; Geronimus et al., 2006, 2010, 2015; McEwen, 1998; Korous et al., 2017; Lewis et al., 2010; Cunningham et al., 2012).

Estas alterações não resultam de "*stress psicológico*" abstrato, mas de processos fisiológicos específicos: a hipervigilância constante necessária para navegar ambientes hostis ativa cronicamente o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA), alterando a regulação do cortisol; as microagressões quotidianas produzem respostas inflamatórias repetidas que se tornam crónicas; o *high-effort coping* (esforço elevado de adaptação) necessário para combater barreiras estruturais produz desgaste acelerado de múltiplos sistemas corporais (Geronimus, 2001, 2006; Lewis et al., 2010).

Terceira Modalidade: Materialização

A materialização refere-se à sedimentação durável dos processos de incorporação em padrões estáveis de saúde e doença que se tornam características corporais relativamente permanentes. As taxas de mortalidade materna entre mulheres negras — 3 a 4 vezes superiores às das mulheres brancas, independentemente do nível de rendimento ou educação — constituem um exemplo paradigmático desta materialização (Creanga et al., 2015, 2017; CDC, 2019). A materialização não se limita ao corpo individual: transmite-se intergeracionalmente através de mecanismos epigenéticos. Filhos de mulheres que sofreram *weathering* apresentam alterações na

metilação do DNA em genes relacionados com a regulação do *stress*, perpetuando os efeitos da opressão através de gerações (Yehuda & Lehrner, 2018; Monk et al., 2019).

Práticas Material-Discursivas: Articulando a Co-constituição

Uma questão ontológica central permanece: como se dá exatamente esta co-constituição entre material e discursivo? A inscrição diferencial procura articular esta tensão através do conceito de práticas material-discursivas, desenvolvido por Karen Barad no quadro do realismo agencial. Barad demonstra que a separação entre "material" e "discursivo" é ela própria um efeito de práticas específicas, não uma divisão ontológica fundamental (Barad, 2007). O material e o discursivo não são dois domínios separados que "interagem", mas aspetos mutuamente constitutivos de práticas unitárias.

A prática discursiva do racismo (sistemas de significação que marcam corpos negros como "inferiores", "perigosos", "resistentes à dor") não "representa" uma realidade externa, mas participa materialmente na sua produção através de mediações específicas (Barad, 2007). A nível institucional, o discurso racista materializa-se em práticas médicas concretas: mulheres negras relatam sistematicamente que as suas queixas de dor são desvalorizadas ou ignoradas pelos profissionais de saúde, resultando em atrasos no diagnóstico e no tratamento (Hoffman et al., 2016; Bohren et al., 2015; Creanga et al., 2015). A nível fisiológico, o *stress* crónico produzido pela exposição repetida a estas práticas discriminatórias ativa cronicamente o eixo HPA, produzindo elevação do cortisol (Geronimus et al., 2006; McEwen, 1998; Williams & Mohammed, 2009). A nível celular, a ativação crónica do eixo HPA produz encurtamento dos telómeros e envelhecimento celular acelerado (Geronimus et al., 2010).

A materialidade é irreduzível porque os telómeros encurtados, o cortisol elevado e as complicações cardiovasculares têm consequências materiais (sofrimento, doença, morte) que não desaparecem quando alteramos os sistemas simbólicos. Simultaneamente, esta materialidade não é "pré-discursiva" porque emerge através de práticas inseparavelmente materiais e simbólicas (Barad, 2007; Geronimus et al., 2006, 2010; CDC, 2019; Creanga et al., 2015). Importa sublinhar que a utilização de evidência

biomédica não representa uma tentativa de reduzir a experiência social a processos fisiológicos, mas demonstra que os processos fisiológicos não são uma base "natural" e pré-política: são eles próprios moldados pelas estruturas sociais de poder (McEwen, 1998; Geronimus et al., 2006; Barad, 2007). Os biomarcadores não são a "causa" da opressão, mas a prova material e mensurável dos seus efeitos devastadores. O cortisol elevado não "explica" o racismo; é o racismo, operando através de práticas material-discursivas específicas, que explica o cortisol elevado (Barad, 2007; Williams & Mohammed, 2009).

3.3. Clarificação Epistemológica: O Triplo Estatuto da Inscrição Diferencial

A formulação do conceito de inscrição diferencial exige clarificação de uma tensão aparente: a oscilação entre o seu estatuto ontológico (descrição de processos reais nos corpos), epistemológico (ferramenta hermenêutica que organiza conhecimento) e metodológico (modelo analítico operacionalizável). Esta oscilação não constitui uma falha conceitual, mas reflete a própria natureza da tarefa teórica: articular níveis ontológicos, epistemológicos e metodológicos que, embora distintos, estão intrinsecamente relacionados.

Esta articulação baseia-se na distinção, proposta pelo realismo crítico de Roy Bhaskar, entre três domínios analiticamente separáveis, mas ontologicamente conectados: o real, o atual e o empírico (Bhaskar, 1975). Esta distinção permite situar com precisão o estatuto da inscrição diferencial em cada nível, evitando tanto o realismo ingênuo quanto o construcionismo radical.

A Inscrição Diferencial como Processo Ontológico Real

No nível ontológico, a inscrição diferencial refere-se a processos materiais reais que ocorrem efetivamente nos corpos, independentemente de serem conceptualizados ou observados. Estes processos incluem alterações fisiológicas mensuráveis que não são construções teóricas: a ativação crônica do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal, o encurtamento dos telômeros, a elevação de marcadores inflamatórios, a desregulação cardiovascular, ocorrem independentemente da nossa capacidade de os medir

(Geronimus et al., 2006; McEwen, 1998; Yehuda & Lehrner, 2018). Incluem também práticas materiais-discursivas concretas que produzem efeitos reais: práticas discriminatórias em contextos médicos, condições de trabalho precárias, exposição a ambientes tóxicos, separação forçada de territórios ancestrais são eventos materiais, não meras representações simbólicas (Barad, 2007; Bohren et al., 2015; Coulthard, 2014). A experiência vivida corpórea — a dor, o cansaço, a fragilidade, o sofrimento — possui uma realidade fenomenológica irreduzível que resiste à sua total captura por qualquer conceptualização (Damasio, 1994).

Neste nível, a inscrição diferencial não é uma invenção teórica, mas uma abstração conceptual que identifica padrões reais em processos materiais diversos. Tal como o conceito de inflamação em medicina não inventa o processo inflamatório, mas identifica um padrão comum em fenómenos diversos (resposta imunológica, cicatrização, reações autoimunes), a inscrição diferencial identifica um padrão comum em contextos diversos: a materialização de relações de poder em alterações corporais. Mulheres negras morriam em taxas desproporcionais durante o parto muito antes de Geronimus formular o conceito de *weathering* ou desta investigação propor a inscrição diferencial. O conceito não cria o fenómeno, mas torna-o inteligível de forma que revela conexões estruturais previamente obscurecidas.

A Inscrição Diferencial como Operador Epistemológico

No nível epistemológico, a inscrição diferencial funciona como ferramenta hermenêutica que organiza e torna inteligíveis fenómenos previamente opacos. Este estatuto epistemológico cumpre três funções complementares. Primeiro, organiza conhecimento disperso que, embora empiricamente documentado, não estava articulado através de um quadro conceptual unificado: os fenómenos de *weathering*, trauma intergeracional e carga alostática eram conhecidos, mas não existia um operador que os articulasse como manifestações de um processo comum (Geronimus, 2001; Yehuda & Lehrner, 2018; McEwen, 1998). Segundo, explica por que certos padrões ocorrem através da especificação de mecanismos causais: permite, por exemplo, compreender por que mulheres negras de classe média apresentam piores

resultados de saúde materna do que mulheres brancas em situação de pobreza, revelando que a opressão racial opera através de mecanismos que atravessam barreiras de classe (CDC, 2019; Creanga et al., 2015). Terceiro, possui capacidade heurística de gerar novas questões de investigação e hipóteses testáveis: sugere, por exemplo, investigar se diferentes formas de opressão produzem assinaturas fisiológicas distintas ou convergentes, abrindo caminhos que articulam análise política com investigação biomédica.

O critério epistemológico de avaliação não é a verdade ou falsidade ontológica, mas a utilidade explicativa: torna inteligíveis fenómenos que outras abordagens não explicam adequadamente? Gera hipóteses produtivas? Revela conexões não visíveis através de outros quadros teóricos?

A Inscrição Diferencial como Modelo Analítico Operacionalizável

No nível metodológico, a inscrição diferencial constitui um modelo analítico com componentes operacionalizáveis que orientam investigação empírica concreta e intervenção política específica. O mecanismo triádico funciona como heurística de investigação que orienta onde procurar evidência empírica: identificar práticas de marcação ao nível discursivo-institucional, documentar processos de incorporação através de biomarcadores específicos, e medir materialização através de indicadores de saúde populacional. Funciona também como modelo comparativo que permite comparar sistematicamente diferentes casos segundo critérios comuns: a análise de mulheres indígenas, negras e migrantes (Capítulos 4 e 5) demonstra que, embora cada grupo enfrente processos específicos determinados por histórias particulares, o mecanismo triádico permite identificar estruturas causais comuns que operam através de modalidades distintas. Finalmente, funciona como guia para intervenção transformadora ao identificar pontos de intervenção em cada modalidade: contestar marcações opressivas através de práticas de reinscrição; intervir sobre processos de incorporação através de autocuidado radical que não individualize a responsabilidade; transformar estruturas políticas e económicas que produzem materialização através de políticas públicas que intervenham sobre causas estruturais.

A Articulação dos Três Níveis: Realismo Crítico Feminista

Estes três níveis — ontológico, epistemológico e metodológico — não são contraditórios, mas complementares, articulados através de uma ontologia estratificada que distingue diferentes domínios da realidade sem os separar (Bhaskar, 1975). Processos reais existem no domínio do real: estruturas de poder, corpos materiais, práticas concretas operam produzindo efeitos independentemente de serem observados. Estes processos manifestam-se em eventos específicos no domínio do atual: mulheres negras morrendo no parto, populações indígenas desenvolvendo diabetes, migrantes experienciando *stress* crónico. Conceptualizamos estes eventos através de modelos teóricos que constituem o domínio do empírico: *weathering*, carga alostática, inscrição diferencial, procuram capturar padrões que conectam eventos diversos.

A inscrição diferencial opera simultaneamente nos três níveis, mas de formas distintas. Ontologicamente, identifica estruturas causais reais que especificam como o poder se materializa através de processos bioquímicos, fisiológicos e celulares concretos. Epistemologicamente, oferece um quadro interpretativo que organiza conhecimento, revelando conexões entre fenómenos que outras abordagens tratam separadamente. Metodologicamente, fornece modelo operacional que especifica como investigar empiricamente estes processos. A relação entre estes níveis não é de identidade nem de separação absoluta, mas de articulação estratificada. O conceito não cria o processo real que identifica — os processos de materialização da opressão existiam muito antes de qualquer conceptualização teórica. Contudo, sem o conceito não poderíamos identificar o padrão comum em fenómenos diversos. A conceptualização não é arbitrária, mas é constrangida pelas propriedades reais dos processos materiais que procura compreender.

Validação e Critérios de Adequação

A validação da inscrição diferencial opera através de critérios específicos para cada nível. A validação ontológica opera através da acumulação de evidência empírica que documenta a materialização de estruturas de poder em alterações corporais

mensuráveis: o Capítulo 5 mobiliza sistematicamente investigação biomédica e epidemiológica que demonstra que os processos identificados ocorrem efetivamente em corpos reais (Geronimus et al., 2006, 2010; McEwen, 1998; CDC, 2019). A validação epistemológica opera através da demonstração de capacidade explicativa superior relativamente a modelos existentes: o Capítulo 3 desenvolve uma comparação sistemática com as abordagens de Foucault, Butler e a interseccionalidade, demonstrando que a inscrição diferencial resolve aporias que estas abordagens não conseguem superar. A validação metodológica opera através da aplicação produtiva a casos diversos que gera conhecimento novo: os Capítulos 4 e 5 demonstram que o modelo permite análises concretas que revelam processos específicos de materialização previamente não compreendidos.

Esta multiplicidade de estatutos — descrição de processos reais, modelo para compreender esses processos, e guia para transformá-los — não é um defeito que deve ser eliminado, mas uma virtude que reflete a própria natureza de conceitos críticos que não procuram apenas representar o mundo de forma neutra, mas também contribuir para a sua transformação emancipatória.

3.4. O Mecanismo em Ação: Diálogo Crítico com as Abordagens Existentes

Esta secção pretende demonstrar a originalidade da inscrição diferencial através de comparações diretas com conceitos correlatos existentes, estabelecendo as divergências ontológicas e metodológicas fundamentais.

Complementando Foucault: Do Poder sobre os Corpos ao Poder nos Corpos

Foucault demonstra como o poder moderno opera através da produção de corpos dóceis via tecnologias disciplinares específicas — punições, hospitais, prisões, escolas revelam mecanismos subtis através dos quais o poder se exerce sobre os corpos, fabricando sujeitos através de vigilância, normalização e exame (Foucault, 1975). A distinção da inscrição diferencial não contesta esta analítica, mas situa-se no nível de análise e no tipo de evidência mobilizada. Foucault analisa o corpo como "superfície de inscrição" sobre a qual o poder opera, permanecendo fundamentalmente ao nível das

tecnologias e instituições, mas não especifica através de que processos fisiológicos concretos esta inscrição se materializa em alterações corporais mensuráveis.

A inscrição diferencial especifica o mecanismo adicional através do qual o poder se torna literalmente corpo ao nível celular, hormonal e neurológico. Onde Foucault identifica as tecnologias de poder (o panótico, o exame médico, o dossiê individual), a inscrição diferencial explica como essas tecnologias produzem efeitos materiais específicos através de alterações no eixo HPA, nos telómeros, nos níveis de inflamação crónica (Geronimus et al., 2006, 2010; McEwen, 1998). A análise histórica de documentos e arquiteturas disciplinares é complementada pela análise de biomarcadores e dados epidemiológicos que demonstram empiricamente a materialização do poder (Barad, 2007). A discriminação racial no sistema de saúde, por exemplo, não é apenas uma tecnologia disciplinar que normaliza corpos negros (Foucault, 1975), mas materializa-se em hipertensão crónica e mortalidade materna através de marcação (estereótipos sobre "resistência à dor"), incorporação (ativação crónica do eixo HPA) e materialização (dano cardiovascular acumulado) (Hoffman et al., 2016; Geronimus et al., 2006; CDC, 2019; Creanga et al., 2015).

Em Diálogo com Butler: Da Performatividade Discursiva às Práticas Material-Discursivas

Butler demonstra que a materialização do género opera através da repetição citacional de normas discursivas que criam "o efeito de uma substância interior", estabelecendo que não há corpo "natural" anterior às práticas que o constituem (Butler, 1990, 1993). A inscrição diferencial não contesta esta desnaturalização, mas diverge na natureza ontológica do processo de materialização. Para Butler, a materialidade é um efeito discursivo produzido pela reiteração de normas linguísticas e simbólicas; a agência emerge das "falhas" nesta citacionalidade (Butler, 1990, 1993).

A inscrição diferencial conceptualiza o processo através de práticas material-discursivas onde a matéria não é mero efeito passivo do discurso, mas agente ativo com propriedades, limites e possibilidades não redutíveis à sua significação discursiva (Barad, 2007). Os telómeros encurtam-se através de processos bioquímicos específicos; o

cortisol ativa recetores celulares concretos; a inflamação crónica produz danos vasculares mensuráveis — processos que operam através de legalidades materiais (bioquímicas, fisiológicas) não totalmente subsumíveis à lógica da citacionalidade linguística (Geronimus et al., 2006, 2010; McEwen, 1998; Barad, 2007).

Esta diferença ontológica resolve a aporia fundamental da teoria butleriana: se tudo é efeito discursivo produzido pela repetição de normas, como pode emergir resistência material genuína? A inscrição diferencial localiza a resistência na irreduzibilidade da própria materialidade a qualquer representação discursiva (Barad, 2007). A categoria "mulher negra" não é apenas produzida performativamente através da repetição de normas (Butler, 1990, 1993), mas materializa-se em telómeros encurtados, cortisol elevado e risco de mortalidade materna — realidades que não desaparecem quando "subvertemos" as normas citacionais através de paródia, mas requerem intervenção material direta: acesso a cuidados médicos competentes culturalmente, redução de exposição a *stress* crónico através de transformações institucionais concretas, tratamento de complicações fisiológicas já sedimentadas (Geronimus et al., 2006, 2010; CDC, 2019; Creanga et al., 2015; Bohren et al., 2015).

Articulando Interseccionalidade e Materialização: Da Descrição das Correlações à Explicação dos Mecanismos

A interseccionalidade mapeia competentemente onde as opressões se cruzam, documentando que mulheres negras enfrentam discriminação específica irreduzível nem ao sexismo nem ao racismo isoladamente (Crenshaw, 1989, 1991; Collins, 2000). Esta identificação é empiricamente correta, analiticamente valiosa e politicamente necessária. A diferença não reside numa "falha" da interseccionalidade, mas num limite de âmbito metodológico: é uma ferramenta descritiva excecional que identifica correlações estatísticas entre posições sociais e indicadores de saúde, mas não se propõe a ser um modelo causal que explique os processos fisiológicos específicos de materialização.

A inscrição diferencial não substitui a interseccionalidade, mas fornece o mecanismo explicativo que a complementa. Onde a interseccionalidade identifica que mulheres

negras têm taxas de mortalidade materna 3 a 4 vezes superiores resultantes da intersecção de racismo e sexismo (Crenshaw, 1991; Collins, 2000; CDC, 2019; Creanga et al., 2015), a inscrição diferencial específica como esta intersecção se torna materialidade letal: a desacreditação sistemática em contextos médicos (racismo) combina-se com expectativas sociais contraditórias sobre maternidade negra (sexismo) para produzir hipervigilância e esforço adaptativo elevado que ativam cronicamente o eixo HPA, produzem cortisol elevado sustentado, aceleram o envelhecimento celular e aumentam o risco cardiovascular através de processos bioquímicos identificáveis (Geronimus et al., 2006, 2010; McEwen, 1998; Williams & Mohammed, 2009; Barad, 2007). A evidência mobilizada difere correlativamente: a interseccionalidade recorre a estudos sociológicos e estatísticas de disparidades; a inscrição diferencial mobiliza adicionalmente biomarcadores, investigação endocrinológica e estudos longitudinais (Geronimus et al., 2006, 2010; McEwen, 1998). A complementaridade é evidente: a interseccionalidade identifica o que precisa ser explicado; a inscrição diferencial fornece o mecanismo dessa explicação (Barad, 2007).

3.5. Limites e Desafios do Conceito de Inscrição Diferencial

A formulação do conceito de inscrição diferencial não implica que este operador conceptual esteja isento de desafios teóricos, empíricos e políticos próprios. Esta secção identifica dois conjuntos de desafios fundamentais que constituem tanto limitações da presente investigação quanto caminhos para desenvolvimentos futuros.

O Risco de Biologização Inadvertida da Opressão

O primeiro desafio reside no risco de que a ênfase na materialização fisiológica da opressão possa inadvertidamente deslocar o foco analítico das estruturas políticas, económicas e sociais para os processos biológicos, criando uma forma sofisticada de biologização. A utilização sistemática de evidência biomédica — telómeros encurtados, cortisol elevado, carga alostática, marcadores inflamatórios — para validar empiricamente a materialização da opressão, embora teoricamente justificada, pode criar a impressão de que a opressão é primariamente um problema biológico ou médico

que requer intervenção terapêutica individual em vez de transformação estrutural coletiva (Geronimus et al., 2006; McEwen, 1998; Rose, 2007).

A investigação crítica sobre saúde pública demonstra como o enquadramento biomédico de desigualdades estruturais pode despolitizar a opressão, transformando-a num conjunto de patologias individuais que requerem gestão clínica em vez de abolição das estruturas que as produzem (Rose, 2007). No contexto da inscrição diferencial, a ênfase nos biomarcadores pode sugerir que a solução para a mortalidade materna diferencial passa por intervenções biomédicas que reduzam o cortisol ou melhorem a saúde cardiovascular, obscurecendo o facto fundamental de que estes são efeitos do racismo estrutural que opera através de instituições, práticas e relações de poder específicas (Creanga et al., 2015; CDC, 2019; Barad, 2007). Investigações futuras devem desenvolver estratégias metodológicas que permitam utilizar a evidência fisiológica sem cair na armadilha da biologização, articulando sempre esta evidência com análises das estruturas políticas e económicas que produzem estas materializações corporais específicas.

Dependência Epistémica de Dados Biomédicos Ocidentais

O segundo desafio relaciona-se com a dependência epistémica da proposta relativamente à investigação biomédica produzida predominantemente em contextos ocidentais, utilizando categorias, metodologias e instrumentos desenvolvidos no quadro da ciência moderna ocidental (Geronimus, 2001; Yehuda & Lehrner, 2018; Creanga et al., 2015). Esta dependência cria três problemas interligados. Primeiro, a validação empírica privilegia formas de opressão mensuráveis através de instrumentos biomédicos disponíveis, excluindo potencialmente experiências que não deixam marcas biológicas detetáveis pelos métodos atuais ou que se materializam de formas não capturáveis pela lógica biomédica. A insistência na validação empírica através de biomarcadores pode inadvertidamente criar uma hierarquia epistemológica onde apenas as opressões cientificamente documentáveis são reconhecidas como materialmente reais.

Segundo, a aplicabilidade do conceito a contextos não-ocidentais enfrenta desafios epistêmicos fundamentais. Como opera a inscrição diferencial em comunidades onde não existem sistemas de saúde que produzam dados epidemiológicos sistemáticos? Como se aplica o conceito em cosmologias indígenas que conceptualizam a relação entre corpo, ambiente e poder através de ontologias radicalmente diferentes da separação corpo-mente que subjaz à biomedicina ocidental? A perspectiva decolonial exige o questionamento das categorias epistêmicas ocidentais e o reconhecimento de outras formas de conhecer e relacionar-se com a materialidade corpórea (Lugones, 2007, 2010). Em terceiro, a utilização de investigação biomédica pode assumir implicitamente que os mecanismos fisiológicos são universais e operam da mesma forma em todos os contextos culturais, geográficos e históricos, quando a forma como sistemas corporais respondem a fatores de *stress* sociais pode variar significativamente em função de fatores ambientais, nutricionais e culturais não adequadamente capturados pela investigação produzida em contextos euroamericanos específicos.

Trabalhos futuros devem explorar como o conceito pode ser operacionalizado em diálogo com epistemologias não-ocidentais, evitando a imposição de categorias analíticas que reproduzam a colonialidade do saber.

3.6. Tensões Não Resolvidas: Agência Danificada e Categorias de Diferença Sexual

Dois desafios adicionais delimitam o alcance da presente proposta e apontam direções para investigação futura.

Limites das Estratégias de Resistência e o Problema da Agência Danificada

A teorização da resistência através de reinscrição simbólica, desinscrição e contra-inscrição (Capítulo 4) demonstra a possibilidade de agência transformadora mesmo em contextos de opressão extrema. Contudo, enfrenta dois problemas estruturais. Primeiro, a questão da agência danificada: como ficam os corpos tão profundamente danificados pelos processos de inscrição opressiva que perderam a capacidade material de resistir? A ênfase na "recalcitrância material" como fonte de resistência pressupõe

uma materialidade que, mesmo sob opressão, mantém vitalidade residual que permite transformação. Contudo, existem situações-limite — doença terminal, trauma extremo, violência totalizadora — onde esta recalcitrância pode estar tão comprometida que a resistência se torna impossível não por falta de vontade política, mas por esgotamento material efetivo das condições corporais de possibilidade da agência. A insistência na possibilidade de resistência pode inadvertidamente criar uma norma implícita que culpabiliza quem não resiste, transformando a incapacidade de resistir — resultado de dano material extremo — numa falha individual (Povinelli, 2011).

Segundo, a falta de critérios claros para avaliar quando as estratégias de reinscrição são efetivamente transformadoras e quando podem inadvertidamente reproduzir a lógica da opressão. A reinscrição simbólica pode deslizar para uma política da representação que não transforma estruturas materiais de poder; a desinscrição pode funcionar como estratégia de sobrevivência individual que abandona outros corpos marcados; a contra-inscrição pode solidificar identidades de forma que reproduz a lógica essencialista. Trabalhos futuros devem desenvolver critérios sistemáticos que permitam avaliar prospectivamente quando estas estratégias serão efetivamente transformadoras, reconhecendo que não existe uma estratégia única aplicável a todos os contextos.

A Formação das Categorias de Diferença Sexual

A presente investigação enfrenta uma tensão basilar que exige reconhecimento explícito: embora critique o essencialismo biológico e a dissolução performativa das categorias, a formulação da inscrição diferencial utiliza categorias como "mulheres negras" ou "mulheres indígenas" sem explicar completamente como estas categorias se formam e que estatuto ontológico possuem. A investigação empírica (Capítulos 4 e 5) utiliza sistematicamente estas categorias como se fossem grupos empiricamente dados e ontologicamente estáveis: estudos sobre mortalidade materna documentam disparidades entre "mulheres negras" e "mulheres brancas" (Creanga et al., 2015; CDC, 2019); a investigação sobre *weathering* analisa "mulheres negras" especificamente (Geronimus, 2001; Geronimus et al., 2010). Esta utilização cria uma circularidade problemática: a inscrição diferencial deveria explicar como estas categorias se

materializam, mas a análise empírica pressupõe que já existem antes do processo de inscrição.

A resposta oferecida pelo realismo agencial é que as categorias "mulher negra" ou "mulher indígena" não pré-existem ao processo de inscrição diferencial nem são meros efeitos discursivos posteriores, mas emergem através do próprio processo de inscrição como produtos historicamente específicos de práticas materiais-discursivas concretas (Barad, 2007). "Mulher negra" não é uma categoria natural que descreve um tipo de corpo pré-existente, mas uma categoria historicamente produzida através da imposição colonial simultânea de categorias raciais e de gênero. María Lugones demonstra que o sistema moderno-colonial de gênero impôs simultaneamente a racialização e o dimorfismo sexual como dispositivos entrelaçados de dominação (Lugones, 2007).

Contudo, persiste um problema empírico: se "mulher negra" é produto da inscrição colonial, como pode a investigação epidemiológica contemporânea utilizar esta categoria para documentar disparidades? Quando um estudo epidemiológico classifica participantes como "mulheres negras", está a mobilizar categorias sociais que são elas próprias produtos históricos da inscrição colonial. A única forma de escapar a esta circularidade sem cair no essencialismo é reconhecer explicitamente que as categorias utilizadas na investigação empírica são ferramentas epistemológicas que capturam padrões reais de materialização sem implicar que refletem essências naturais pré-sociais. Quando a investigação documenta que "mulheres negras" têm taxas de mortalidade materna superiores, está a identificar um padrão real nos efeitos da inscrição diferencial que opera através de categorias historicamente produzidas. A categoria "mulher negra" funciona como marcador de exposição a processos específicos de inscrição colonial, racial e de gênero que produzem efeitos materiais documentáveis — não descreve uma essência natural, mas identifica uma posição estrutural dentro de sistemas de poder que produzem materializações específicas.

Este esclarecimento resolve parcialmente a circularidade, mas não elimina completamente a tensão entre a crítica ao essencialismo e a utilização de categorias estáveis na análise empírica. O contributo oferecido é a demonstração de que é possível

trabalhar com categorias como "mulheres negras" de forma que reconheça simultaneamente a sua historicidade e a materialidade real dos padrões que identificam, evitando tanto a naturalização essencialista quanto a dissolução performativa (Barad, 2007; Lugones, 2007). A investigação futura deve desenvolver metodologias que permitam capturar melhor a historicidade e a contingência destas categorias sem perder a capacidade de documentar os padrões reais de materialização que produzem.

Delimitação do Âmbito: Uma Dissertação Feminista sobre Mulheres

Esta investigação foca-se deliberadamente em corpos femininos e processos de inscrição que afetam especificamente mulheres. Esta delimitação não constitui uma lacuna teórica, mas reflete uma escolha legítima sobre o âmbito de um projeto de filosofia feminista.

A evidência empírica mobilizada refere-se predominantemente a processos em corpos femininos: estudos sobre mortalidade materna (Creanga et al., 2015; CDC, 2019), investigação sobre *weathering* em mulheres negras (Geronimus, 2001), análise da violência colonial contra mulheres indígenas (Coulthard, 2014), práticas artísticas de Mendieta, Vicuña e Margolles (Capítulo 5). Esta concentração reflete o facto de que esta é uma dissertação de filosofia feminista que aborda um problema específico do pensamento feminista contemporâneo: a aporia da diferença sexual tal como se manifesta nos debates sobre como pensar a categoria "mulher". As teorias analisadas criticamente (Capítulos 1 e 2) são teorias feministas que procuram especificamente compreender a opressão de mulheres: Irigaray desenvolve uma filosofia da diferença sexual feminina (Irigaray, 1977), Cavarero propõe uma ontologia da relacionalidade especificamente feminina (Cavarero, 1995), Butler questiona a categoria "mulher" como fundamento da política feminista (Butler, 1990), Crenshaw analisa opressão interseccional de mulheres negras (Crenshaw, 1989), e Lugones examina a imposição colonial de categorias de género sobre mulheres indígenas (Lugones, 2007).

A inscrição diferencial é formulada como resposta a este debate especificamente feminista sobre como pensar a materialidade de corpos femininos sem a essencializar.

O problema que a dissertação procura resolver não é "como o poder se materializa em todos os corpos", mas "como pensar a materialidade da diferença sexual feminina de forma simultaneamente não-essencialista e não-discursivista". A filosofia feminista possui o direito epistemológico e político de se focar especificamente em mulheres sem que isto constitua uma falha teórica. Reconhece-se que estruturas de opressão racial, colonial e de classe afetam também homens (Alexander, 2010), e que a inscrição diferencial seria potencialmente aplicável a estas realidades. Contudo, o desenvolvimento sistemático destas aplicações não cabe no âmbito de uma dissertação de filosofia feminista sobre a diferença sexual feminina.

A inscrição opera de formas diferentes em corpos femininos e masculinos, mas estas diferenças não derivam de essências biológicas fixas, mas de processos históricos específicos de generificação diferencial da violência. Os sistemas colonial-racial-patriarcais produzem "mulher negra" e "homem negro" como categorias distintas que são depois alvo de formas específicas de violência — diferenciação que, neste caso, não reflete biologias essencialmente diferentes, mas sistemas de poder que operam através da produção de feminilidades e masculinidades racializadas específicas (Lugones, 2007). A presente dissertação não afirma ter desenvolvido uma teoria geral da materialização do poder em todos os corpos, mas uma teoria especificamente feminista sobre como estruturas de poder se materializam em corpos femininos através de processos de inscrição diferencial — uma contribuição legítima e necessária para a filosofia feminista contemporânea.

3.7. Hierarquia, Agência e a Emergência da Resistência Material

Uma tensão lógica central atravessa o conceito de inscrição diferencial: será a inscrição, por definição, hierarquizante? Eliminar as hierarquias significaria eliminar a própria inscrição diferencial? A resolução exige distinguir entre o processo ontológico da inscrição e as condições históricas específicas em que opera.

Inscrição diferencial como processo ontológico genérico: Neste sentido amplo, a inscrição refere-se ao facto de que todos os corpos são necessariamente marcados, incorporam práticas e materializam-se através de relações específicas. Não há corpo

"pré-inscrito" ou "não-marcado" porque não há corpo anterior às relações e práticas que o constituem. Neste sentido, a inscrição é constitutiva de toda a corporalidade. Mesmo em sociedades hipotéticas sem hierarquias de gênero, raça ou classe, os corpos seriam marcados por relações de parentesco, diferenciados por práticas culturais específicas, e materializariam as condições históricas particulares da sua existência.

Inscrição diferencial hierarquizante: Refere-se às formas historicamente específicas em que o processo ontológico genérico opera em contextos de dominação, produzindo corpos em posições intrinsecamente desiguais. A hierarquização não é necessária ontologicamente — não deriva da própria natureza da inscrição — mas é empiricamente ubíqua em sociedades estruturadas por relações de poder assimétricas. Nas sociedades capitalistas, patriarcais, coloniais e racializadas, a inscrição opera predominantemente através de modalidades hierarquizantes que produzem corpos diferenciados em valor, capacidade e reconhecimento.

A implicação política é clara: eliminar hierarquias não eliminaria a inscrição diferencial no seu sentido ontológico genérico, mas transformaria radicalmente as modalidades da inscrição. Em vez de materialidades caracterizadas por dominação, exploração e violência, emergiriam materialidades caracterizadas por reciprocidade, cuidado mútuo, reconhecimento horizontal. A inscrição persistiria, mas operaria através de práticas fundamentalmente diferentes que produziriam tipos radicalmente distintos de corporalidade.

A Resistência como Propriedade Constitutiva da Recalcitrância Material

A distinção estabelecida aponta para a solução do problema da agência que permanece pendente desde a crítica a Butler no primeiro capítulo: se a hierarquização não é ontologicamente necessária à inscrição, então pode haver inscrição material sem hierarquização, o que abre espaço conceptual para pensar formas de resistência que não dependem da eliminação total da inscrição.

A resistência não deriva de uma "vontade" pré-constituída (o que pressuporia um sujeito anterior à inscrição), nem de uma "falha" na citacionalidade discursiva (o que reproduziria a aporia butleriana), mas é constitutiva da própria materialidade inscrita.

Esta capacidade de resistência não é acidental, mas inerente à matéria enquanto tal. A matéria possui propriedades, limites e possibilidades que resistem à sua total captura por qualquer sistema simbólico. Esta recalcitrância manifesta-se através de três modalidades interligadas: excesso (a materialidade inscrita produz sempre efeitos que excedem as intenções das práticas que a constituíram — o *weathering* não produz apenas conformidade, mas também corpos esgotados que testemunham materialmente a injustiça); opacidade (a materialidade mantém dimensões que escapam à total transparência discursiva — a dor, o cansaço, a fragilidade possuem densidade fenomenológica irreduzível a linguagem); recalcitrância (a materialidade possui limites físicos que resistem a certas formas de controlo — corpos adoecem, esgotam-se, morrem, criando uma urgência política que não pode ser indefinidamente diferida).

Modalidades de Resistência: Reinscrição, Desinscrição e Contra-inscrição

As três modalidades de resistência operam através de intervenções diretas sobre os processos de inscrição, mobilizando a recalcitrância material para produzir transformações que não são meras variações simbólicas, mas alterações na própria materialidade inscrita.

A reinscrição refere-se à transformação das marcações existentes sem rutura completa com as materialidades prévias. Programas de autocuidado radical desenvolvidos por mulheres negras no contexto de movimentos de justiça reprodutiva constituem formas paradigmáticas da reinscrição: círculos de apoio comunitário reduzem isolamento social; práticas de meditação e respiração consciente reduzem a ativação do eixo HPA; acesso a alimentos nutritivos e espaços verdes intervém sobre marcadores inflamatórios — práticas que produzem efeitos fisiológicos mensuráveis (redução de cortisol, diminuição de marcadores inflamatórios, melhoria da variabilidade do ritmo cardíaco) sem eliminar a materialidade produzida pelo racismo.

A desinscrição refere-se à contestação ativa de certas marcações através de práticas que recusam a sua legitimidade. As *earth-body works* de Ana Mendieta resistem à desinscrição violenta do exílio que a separou da terra cubana: o seu corpo insiste em

inscrever-se na terra, recusando o estatuto de "sem-lugar" que o exílio procura impor (Blocker, 1999; Viso, 2004). A terra onde as silhuetas são inscritas não é Cuba, mas torna-se, através da prática, um lugar de pertença possível — não por representar Cuba simbolicamente, mas por permitir uma forma de inscrição telúrica que o exílio procurava impossibilitar.

Por fim, a contra-inscrição refere-se à criação de novas formas de marcação que operam segundo lógicas alternativas às inscrições hegemônicas. Os *quipus* contemporâneos de Cecilia Vicuña não reproduzem tecnologias ancestrais inca (sistematicamente destruídas pela colonização) nem adotam tecnologias europeias (escrita alfabética), mas criam formas híbridas que articulam princípios andinos (lógica do nó, combinação de cores) com materiais e problemáticas contemporâneas (lixo urbano, devastação ecológica, violência de gênero). Esta é literalmente contra-inscrição: opõe-se à inscrição colonial que destruiu os *quipus* históricos, não através de "retorno" nostálgico ao pré-colonial, mas da criação de alternativas que mobilizam a recalcitrância de materiais específicos para produzir memórias que resistem à sua total captura por lógicas arquivísticas ocidentais.

3.8. Conclusão

Este capítulo formulou a inscrição diferencial como operador explicativo que procura abordar enigmas empíricos concretos que permanecem inadequadamente conceptualizados pelas abordagens existentes. A sua relevância explicativa desenvolve-se através da especificação de mecanismos (o modelo triádico de marcação-incorporação-materialização), do diálogo crítico com aporias identificadas nas abordagens de Butler, Foucault e da interseccionalidade, da ancoragem empírica (mortalidade materna, *weathering*, práticas artísticas, autocuidado radical), e da proposta de articulação entre estrutura e agência ao localizar a resistência na recalcitrância material (excesso, opacidade, recalcitrância) em vez de numa vontade pré-constituída ou numa falha discursiva.

Os capítulos seguintes oferecem validação empírica aprofundada: o Capítulo 4 analisa práticas artísticas contemporâneas (Mendieta, Vicuña, Margolles) como laboratórios de

reinscrição; o Capítulo 5 examina a materialização da opressão em grupos específicos (mulheres indígenas, negras e migrantes) através de dados epidemiológicos, biomarcadores e análise de políticas públicas.

Capítulo 4: A Arte como Laboratório da Inscrição Diferencial

4.1. Introdução: Da "Prova" ao "Laboratório"

O capítulo anterior formulou o conceito de inscrição diferencial como operador conceptual capaz de resolver a aporia da diferença sexual através da articulação entre materialidade irreduzível e relacionalidade histórica. A validação de um conceito filosófico não se esgota na sua coerência interna, mas exige demonstração empírica da sua capacidade de produzir novos conhecimentos sobre fenómenos inadequadamente conceptualizados (Blocker, 1999; Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Medina, 2009).

Este capítulo não pretende "provar" a teoria através de exemplos ilustrativos. As práticas artísticas contemporâneas servem como laboratório privilegiado onde os mecanismos da inscrição diferencial se tornam observáveis de forma concentrada, intensificada e analiticamente acessível (Blocker, 1999, pp. 12-34; Viso, 2004). A arte oferece condições únicas para examinar a co-constituição do material e do simbólico — precisamente o processo que permanece abstrato na teorização puramente filosófica. Ana Mendieta inscrevendo o seu corpo na terra (Blocker, 1999; Viso, 2004), Cecilia Vicuña tecendo memórias (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017), Teresa Margolles vaporizando água usada para lavar cadáveres (Margolles, 2009; Medina, 2009; Lowe, 2014): estas não são metáforas da inscrição diferencial, mas práticas onde a inscrição acontece literalmente, onde podemos observar o mecanismo triádico em ação (Blocker, 1999; Barad, 2007).

As três artistas analisadas são teóricas-praticantes cujas obras constituem formas de investigação sobre os próprios processos de inscrição e reinscrição. Mendieta articula conscientemente o seu trabalho como "*earth-body works*", revelando uma compreensão teórica da especificidade ontológica da sua prática (Blocker, 1999, p. 45). Vicuña desenvolve uma arqueologia ativa de tecnologias ancestrais de inscrição, atualizando-as como resposta à violência epistémica colonial (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017). Margolles utiliza competências forenses para tornar materialmente perceptível aquilo que as estruturas de poder invisibilizam sistematicamente (Medina, 2009; Lowe, 2014).

Estas análises estabelecem a ponte conceptual para o Capítulo 5. Enquanto o próximo capítulo analisará a materialização fisiológica da opressão através de *weathering* em populações inteiras (Geronimus, 2001), este investiga o processo de inscrição em escala micro, em práticas controladas e intensificadas. A instalação de Margolles, que vaporiza água usada para lavar cadáveres, cria uma versão temporária e estetizada da exposição crónica que define *weathering*: enquanto as mulheres negras (Capítulo 5) experimentam a materialização da violência sistémica ao longo de uma vida através de cortisol elevado e envelhecimento celular acelerado, o visitante da galeria experimenta uma incorporação concentrada e momentânea dos seus vestígios materiais (Margolles, 2009; Lowe, 2014; Medina, 2009).

4.2. Ana Mendieta: Inscrição Telúrica e a Recalcitrância da Matéria

Numa das fotografias da série *Siluetas*, a silhueta de um corpo feminino aparece escavada na lama da margem dum rio, preenchida com flores brancas. O corpo da artista está ausente, mas a sua marca persiste (Viso, 2004, pp. 67-89; Blocker, 1999). Esta não é uma representação do exílio ou da violência de género, mas uma prática material de reinscrição que opera através da terra.

Ana Mendieta (1948-1985) foi exilada de Cuba aos doze anos através do programa "Peter Pan", que separava crianças das suas famílias como estratégia geopolítica da Guerra Fria (Blocker, 1999, pp. 12-34). O exílio não foi apenas um deslocamento geográfico, mas uma desinscrição violenta; uma rutura forçada dos processos de co-constituição entre corpo e território. A sua obra desenvolve-se como resposta através de estratégias de reinscrição telúrica que não procuram recuperar um território perdido, mas produzir formas inteiramente novas de relacionalidade entre o corpo e a terra (Viso, 2004; Blocker, 1999, p. 23).

A Terra como Agente: Materialidade Recalcitrante

A terra não é uma superfície inerte onde Mendieta projeta significados, mas possui propriedades materiais que resistem, que colaboram, que alteram o processo (Blocker, 1999; Bennett, 2010). Quando Mendieta escava o solo do Iowa, encontra resistência

específica — rochas, raízes, densidade variável da argila. Esta resistência não é um obstáculo a ser superado, mas um participante ativo na obra. O barro húmido permite impressões profundas que retêm detalhes; o solo rochoso exige ferramentas e força, produzindo marcas angulares. A materialidade molda o processo de inscrição através das suas propriedades irreduzíveis (Blocker, 1999, pp. 67-89; Viso, 2004; Bennett, 2010).

Quando preenche as silhuetas com flores, a efemeridade vegetal introduz temporalidade material específica: as flores murcham, mudam de cor, são dispersas pelo vento num processo material real que altera continuamente a configuração da obra. Quando utiliza fogo para queimar silhuetas na relva, a volatilidade material da pólvora produz marcas imprevisíveis que emergem da interação entre a intenção da artista e a agência da matéria (Blocker, 1999, pp. 89-102; Viso, 2004, pp. 102-115; Bennett, 2010). Esta materialidade recalcitrante distingue fundamentalmente a inscrição diferencial do paradigma performativo de Butler. Para Butler, a materialidade é efeito indissociável das normas que governam a sua inteligibilidade (Butler, 1993, p. 2). Para Mendieta, a materialidade possui densidade ontológica que excede e resiste sempre à sua captura simbólica. A terra de Iowa não é "efeito" do discurso do exílio, mas agente material que participa na produção de novas configurações corporais-territoriais (Blocker, 1999; Bennett, 2010).

O Mecanismo Triádico em "*Corazón de Roca con Sangre*" (1975)

A obra demonstra o mecanismo triádico da inscrição diferencial com uma clareza exemplar (Viso, 2004; Blocker, 1999). O filme documenta Mendieta a escavar a silhueta do seu corpo numa margem de rio lamacenta, colocar uma pedra no centro coberta com sangue animal, e depois deitar-se na cavidade escavada (Blocker, 1999, p. 78).

Marcação: O contorno do corpo feminino transforma a margem do rio de paisagem genérica em lugar marcado pela presença feminina exilada, alterando efetivamente a topografia material do terreno (Viso, 2004, pp. 67-89; Blocker, 1999). Incorporação: Quando Mendieta se deita na cavidade, o processo torna-se literal — o seu corpo sente a humidade fria da lama, a pressão das rochas contra a pele, o odor da terra e do sangue. Esta não é uma experiência meramente subjetiva: é uma alteração sensorial mensurável

através de processos fisiológicos específicos (temperatura corporal baixa, recetores tácteis respondem à textura, sistema olfativo processa compostos orgânicos voláteis) (Damasio, 1994; Barsalou, 2008; Wilson, 2002). Materialização: Após Mendieta se retirar, a marca permanece — a indentação na lama, manchada de sangue, com a pedra ainda no centro, adquire existência autónoma. Transforma-se em vestígio material que continua a operar mesmo na ausência do corpo que a produziu (Blocker, 1999, pp. 89-102; Viso, 2004). A fotografia e o filme documentam esta marca, permitindo a sua circulação e reativação em contextos distantes (Viso, 2004).

Inscrição Não-Hierárquica

A prática de Mendieta responde à questão ontológica sobre se a inscrição diferencial é intrinsecamente hierarquizante: não necessariamente. As *Siluetas* constituem formas de contra-inscrição que procuram substituir inscrições violentas e hierárquicas (fronteiras políticas do exílio, violência de género sistémica) por inscrições recíprocas e não-hierárquicas (Blocker, 1999; Bennett, 2010). Ao contrário da *Land Art* masculina tradicional, frequentemente associada a gestos de domínio sobre a paisagem (Smithson, Heizer), o trabalho de Mendieta procura fusão, reciprocidade, cura (Lippard, 1983; Blocker, 1999).

Mendieta não impõe formas permanentes à terra, mas cria marcas efémeras que a terra gradualmente reabsorve. Não domina a materialidade, mas negocia com ela. A terra não é um recurso passivo, mas uma parceira ativa no processo de cura da ferida ontológica do exílio (Blocker, 1999, pp. 102-124; Viso, 2004, pp. 102-115; Bennett, 2010). Esta reciprocidade demonstra que a inscrição diferencial pode operar através de modalidades não-hierárquicas que reconhecem a agência da matéria inscrita (Blocker, 1999).

4.3. Cecilia Vicuña: Inscrição Decolonial e Conhecimento Incorporado

Cecilia Vicuña (1948-) tece fios em nós complexos, suspende-os em instalações monumentais, performa rituais coletivos onde os participantes constroem *quipus* contemporâneos (Andersson e Bryan-Wilson, 2017). Esta não é uma arqueologia

nostálgica, mas sim a reativação de tecnologias ancestrais de inscrição como estratégia de resistência epistémica à violência colonial (Vicuña, 1997).

O Quipu como Tecnologia de Inscrição Incorporada

Os *quipus* eram sistemas complexos de registo e transmissão de informação desenvolvidos pelas civilizações andinas, operando através da combinação de nós, cores, texturas e posições em cordas de diferentes materiais. Registavam informações quantitativas, narrativas históricas, genealogias, calendários rituais através de uma tecnologia que articulava simultaneamente dimensões materiais, simbólicas e mnemónicas (Salomon, 2004, pp. 23-67; Vicuña, 1997).

A destruição sistemática dos *quipus* pelos colonizadores espanhóis foi violência epistémica, a desinscrição forçada de uma tecnologia memorial que sustentava formas específicas de relacionalidade social, territorial e cosmológica (Salomon, 2004; Lugones, 2007). Esta violência operou não só através da destruição física dos objetos, mas através da interrupção dos processos de transmissão dos saberes necessários para a sua produção, leitura e atualização, produzindo amnésia cultural que se inscreveu duradouramente nas populações colonizadas (Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Vicuña, 1997; Lugones, 2007).

Os *quipus* contemporâneos de Vicuña não reproduzem formas ancestrais, mas atualizam criativamente os seus princípios através de materiais, contextos e problemáticas contemporâneas. A artista utiliza lã não fiada, fibras vegetais recolhidas, objetos encontrados, criando configurações que articulam elementos ancestrais (a lógica do nó, a combinação de cores e texturas, a dimensão ritual) com elementos contemporâneos (materiais industriais, contextos urbanos, problemáticas ecológicas e políticas atuais) (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017).

Conhecimento Háptico: A Incorporação através do Tato

A especificidade do *quipu* como tecnologia de inscrição reside no facto de operar através da modalidade háptica — conhecimento que se inscreve e se transmite através do tato, não da visão (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017). A escrita alfabética opera

através da modalidade visual, privilegiando a distância, a abstração e a desincorporação: o conhecimento inscreve-se em superfícies bidimensionais que podem ser lidas sem contacto físico direto (Salomon, 2004; Vicuña, 1997). O *quipu*, pelo contrário, exige contacto direto. A leitura opera através do toque — dedos que sentem a textura do fio, que contam os nós, que medem distâncias entre configurações. O conhecimento não é apenas representado, mas literalmente incorporado na prática háptica da sua criação e leitura (Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Black et al., 2012).

Quando Vicuña cria ou performa com *quipus*, as suas mãos aprendem a tensão específica necessária para criar nós simultaneamente seguros e legíveis; os dedos desenvolvem memória muscular dos padrões complexos; o corpo inteiro participa através da postura, do ritmo respiratório que coordena movimentos repetitivos, da propriocepção que permite manipular materiais sem olhar diretamente (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Slepian & Ambady, 2012). Estudos sobre cognição incorporada demonstram que práticas hápticas repetidas alteram as representações corticais, expandindo as áreas do cérebro dedicadas ao processamento sensorial tátil (Macrine & Fugate, 2021; Barsalou, 2008; Wilson, 2002; Ramachandran, 2011; Edelman, 1987). O conhecimento do *quipu* inscreve-se literalmente no corpo através de plasticidade neuronal (Ramachandran, 2011; Edelman, 1987).

Reinscrição da Memória e Soberania Corporal

A reativação de tecnologias ancestrais por Vicuña conecta-se diretamente com as estratégias de resistência analisadas no Capítulo 5: assim como as práticas de soberania alimentar das mulheres indígenas constituem reinscrição da saúde corporal através da recuperação de saberes nutricionais deslegitimados, a prática artística de Vicuña constitui uma reinscrição da memória coletiva através da recuperação de tecnologias memoriais deslegitimadas (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Lugones, 2007). Ambos os casos demonstram que a resistência opera simultaneamente nos níveis fisiológico e simbólico, através de práticas material-discursivas que recuperam saberes desinscritos pelo projeto colonial (Lugones, 2007; Geronimus, 2001; Yehuda & Lehrner, 2018; Ramachandran, 2011; Macrine & Fugate, 2021).

A inscrição decolonial de Vicuña revela que a violência colonial não operou apenas através da dominação económica e política, mas através da desinscrição sistemática de tecnologias corporais que sustentavam formas alternativas de relacionalidade com o conhecimento, com a memória, com a comunidade (Lugones, 2007). A resistência exige, portanto, não apenas transformações nas estruturas sociais, mas reinscrição de práticas corporais que foram violentamente interrompidas (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017).

4.4. Teresa Margolles: Inscrição Forense e Incorporação Forçada da Violência

Numa galeria, vapor invisível preenche o ar. Os visitantes circulam, conversam, observam. Não sabem, inicialmente, que estão a inalar água usada para lavar cadáveres numa morgue da Cidade do México (Margolles, 2009; Medina, 2009). Quando leem a legenda da obra, a reação é visceral — alguns recuam, outros cobrem a boca, muitos sentem náusea (Lowe, 2014). A violência que permanecia abstrata, estatística, distante, torna-se súbita e literalmente incorporada.

***Plancha* (2010): Vaporização e Incorporação Sensorial**

Plancha consiste em placas de aço aquecidas no chão da galeria. Gotas de água caem de tubos no teto, vaporizando-se com um silvo ao contacto com o metal quente. A água provém de uma morgue da Cidade do México, onde foi utilizada para lavar cadáveres após autópsia (Margolles, 2009; Medina, 2009; Debroise, 2012). O vapor dissipa-se no ar. Os visitantes respiram-no.

Esta obra opera através dum mecanismo específico que força a incorporação literal dos vestígios da violência (Lowe, 2014; Margolles, 2009). Não se trata de uma representação simbólica da morte ou de uma metáfora da violência sistémica, mas de um processo material concreto que introduz vestígios corporais (células epidérmicas, proteínas, fluídos) no sistema respiratório dos espectadores (Margolles, 2009; Medina, 2009). A fronteira entre o corpo do espectador e o vestígio material da violência dissolve-se: não há distância segura, não há mediação protetora. A violência não está "representada" na

galeria, mas materialmente presente e ativamente incorporada através do processo involuntário da respiração — incorporação que acontece antes mesmo de o espectador saber, operando ao nível fisiológico pré-consciente (Lowe, 2014; Margolles, 2009; Medina, 2009; Debroise, 2012).

Ponte Conceptual: De *Plancha* a *Weathering*

A obra de Margolles cria uma versão temporária e estetizada da exposição crónica que define o conceito de *weathering* (Geronimus, 2001; Margolles, 2009). As mulheres negras nos Estados Unidos, as mulheres indígenas no México, as mulheres migrantes em múltiplos contextos experienciam esta incorporação da violência de forma crónica, ao longo de décadas, sem galeria de onde possam sair quando a experiência se torna insuportável (Geronimus, 2001; Korous et al., 2017; Bohren et al., 2015). *Plancha* traduz esta violência lenta e invisível num evento concentrado e perceptível, funcionando como modelo em escala reduzida do processo de *weathering* — permitindo observar e sentir corporalmente mecanismos que operam de forma invisível ao longo de décadas nas populações oprimidas (Medina, 2009; Lowe, 2014; Debroise, 2012).

Inscrição Forense como Crítica Material

Margolles utiliza a sua formação médico-forense para desenvolver uma metodologia artística específica que opera através da manipulação direta de materialidades normalmente vedadas ao público (Medina, 2009; Margolles, 2009; Debroise, 2012). Esta não é uma escolha estética ou provocativa, mas uma estratégia epistemológica que produz formas de conhecimento inacessíveis através de outras mediações (Lowe, 2014; Debroise, 2012).

A crítica política tradicional denuncia a violência através de estatísticas, testemunhos, análise estrutural — formas necessárias que operam primariamente ao nível cognitivo e discursivo (Medina, 2009; Debroise, 2012). Margolles produz uma crítica que opera ao nível sensorial e visceral: o conhecimento não é apenas compreendido intelectualmente, mas sentido corporalmente através de modalidades sensoriais específicas que produzem formas de saber irredutíveis ao discursivo (Margolles, 2009; Medina, 2009; Lowe, 2014; Damasio, 1994). Quando o visitante sente náusea ao

descobrir que inalou água de cadáveres, esta náusea é uma resposta fisiológica que constitui uma forma específica de conhecimento sobre a violência — conhecimento incorporado que permanece após o visitante deixar a galeria, que altera a forma como experencia notícias sobre violência, que transforma estatísticas abstratas em realidades corporalmente sentidas (Lowe, 2014; Medina, 2009; Damasio, 1994).

4.5. Conclusão: Da Microanálise Artística à Materialização Fisiológica

A análise das práticas de Ana Mendieta, Cecilia Vicuña e Teresa Margolles através da inscrição diferencial revelou que a materialidade não é um recetáculo passivo do discurso, mas um agente ativo no processo de significação, cujas propriedades recalcitrantes participam constitutivamente na obra (Blocker, 1999; Barad, 2007; Bennett, 2010). A prática de Mendieta demonstrou que a inscrição diferencial não é intrinsecamente hierarquizante, abrindo a possibilidade de modalidades recíprocas e não-dominadoras de co-constituição material-simbólica (Blocker, 1999; Bennett, 2010; Viso, 2004). A obra de Vicuña reativou tecnologias hápticas ancestrais que operam através de reciprocidade incorporada entre mãos e fio, corpo e conhecimento, desafiando a hegemonia da escrita alfabética que privilegia distância e desincorporação (Vicuña, 1997; Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Macrine & Fugate, 2021; Black et al., 2012). A obra de Margolles expôs a violência da incorporação forçada, revelando como a arte pode tornar sensorialmente perceptíveis os mecanismos de inscrição que operam de forma crónica e invisível à escala social (Margolles, 2009; Medina, 2009; Lowe, 2014; Geronimus, 2001).

A arte revelou-se como laboratório privilegiado onde os mecanismos da inscrição diferencial se tornam observáveis, analisáveis e teoricamente produtivos (Blocker, 1999; Vicuña, 1997; Margolles, 2009). Tendo demonstrado como a inscrição diferencial opera em práticas artísticas controladas e intensificadas, o Capítulo 5 transitará do laboratório artístico para o laboratório social, examinando como estruturas de opressão se materializam em populações através de processos fisiológicos específicos e mensuráveis (Geronimus, 2001; Korous et al., 2017; Bohren et al., 2015; Yehuda & Lehrner, 2018).

Capítulo 5: A Evidência Empírica da Inscrição Diferencial — Mecanismos, Materialidades e Agência

5.1. Introdução

O Capítulo 3 desenvolveu a inscrição diferencial como operador conceptual que procura articular a aporia da diferença sexual que atravessa o pensamento feminista contemporâneo, argumentando que a sua pertinência teórica depende da sua ancoragem em evidência empírica que documente como a opressão se materializa em alterações fisiológicas, psicológicas ou sociais mensuráveis. O presente capítulo constitui a resposta a essa exigência, mobilizando evidência empírica em larga escala que documenta como a opressão afeta as condições de vida de grupos específicos.

A análise centrar-se-á em três grupos que ocupam posições particulares na matriz de dominação: mulheres indígenas, mulheres negras e mulheres migrantes (Collins, 2000; Crenshaw, 1991). Esta seleção é estrategicamente orientada para explorar como diferentes formas de marcação (racial, étnica, colonial, nacional) se articulam para produzir padrões específicos e empiricamente documentáveis de materialização da opressão que não podem ser adequadamente explicados por abordagens monocategoriais (Crenshaw, 1989; Collins, 2000). A metodologia articula dados quantitativos (biomarcadores, estatísticas epidemiológicas) com análise qualitativa de práticas de resistência (Geronimus, 2001; McEwen, 1998).

5.2. A Inscrição Colonial e a Desinscrição Territorial: Mulheres Indígenas

O mecanismo triádico da inscrição diferencial oferece um modelo explicativo robusto para compreender como a violência colonial se traduz em resultados fisiológicos mensuráveis (Coulthard, 2014).

Marcação: As mulheres indígenas são historicamente marcadas como "primitivas", "atrasadas" e "inadequadas" para a modernidade (Lugones, 2007). Esta marcação não é uma mera construção discursiva, mas uma tecnologia de poder que legitima a violência sistémica, a marginalização socioeconómica e, fundamentalmente, a despossessão territorial (Coulthard, 2014; Lugones, 2007). Esta categoria colonial justifica a exploração

de terras ancestrais pela indústria extrativa e agroalimentar, colocando os corpos indígenas, particularmente das mulheres que frequentemente lideram a defesa territorial, em confronto direto com a violência estatal e paraestatal (Coulthard, 2014; LaDuke, 2005).

Incorporação: A "desinscrição territorial" interrompe a relação constitutiva entre a corporalidade e o território que sustenta a saúde indígena (Coulthard, 2014; Kuhnlein & Receveur, 1996). Opera através de duas vias fisiológicas principais:

Via Metabólica: A perda de acesso aos territórios tradicionais força a substituição de dietas ancestrais, desenvolvidas ao longo de milênios em coevolução com ecossistemas específicos, por alimentos industrializados, ultraprocessados e nutricionalmente pobres (Kuhnlein & Receveur, 1996; Morrison, 2011; Reading & Wien, 2009). Esta "ocidentalização da dieta" manifesta-se em alterações metabólicas profundas, resultando em taxas desproporcionalmente elevadas de obesidade, diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares (Gracey & King, 2009; Reading & Wien, 2009; Coulthard, 2014). No Brasil, a prevalência de diabetes tipo 2 em mulheres indígenas atinge 40,6%, sendo 2,7 vezes superior à dos homens (FUNASA, 2010; Gracey & King, 2009). Nas populações indígenas americanas do Oklahoma, as taxas de obesidade (40,6%), hipertensão (40,1%) e diabetes tipo 2 (16,7%) excedem vastamente as médias nacionais (Love et al., 2018; Lewis et al., 2021).

Via do Stress Crónico: A violência contínua associada à defesa do território, a discriminação racial sistêmica e a precariedade socioeconómica geram exposição crónica a fatores de *stress* que ativam cronicamente o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA), contribuindo para a deterioração da saúde mental, o aumento de doenças crónicas e resultados reprodutivos adversos (McEwen, 1998; Geronimus, 2001; Coulthard, 2014; Reading & Wien, 2009).

Materialização: Os dados epidemiológicos evidenciam a materialização da inscrição colonial. No Canadá, as mulheres das Primeiras Nações apresentam taxas de diabetes tipo 2 três a cinco vezes superiores à população geral, taxas de doença cardiovascular 1,5 vezes superiores, e taxas de suicídio até oito vezes superiores, particularmente entre

mulheres jovens (Reading & Wien, 2009). Nos Estados Unidos, as mulheres nativo-americanas apresentam a esperança média de vida mais baixa de todos os grupos étnicos (diferença de mais de 5 anos em relação à média nacional) e taxas de mortalidade materna 2,5 vezes superiores às das mulheres brancas (Indian Health Service, 2019; Petersen et al., 2019).

Na América Latina, os padrões são similares. No Brasil, as mulheres indígenas apresentam taxas de mortalidade materna duas a três vezes superiores à média nacional, taxas de desnutrição infantil até quatro vezes superiores, e prevalência de violência doméstica significativamente mais elevada (FUNASA, 2010). No México, as mulheres indígenas apresentam os piores indicadores de saúde reprodutiva do país, com taxas de mortalidade materna até sei vezes superiores às das mulheres não-indígenas em certas regiões (Secretaría de Salud, 2018).

A análise detalhada dos dados de mortalidade no Brasil (2010-2019) revela um padrão alarmante: enquanto as mulheres brancas apresentam um declínio nas taxas de mortalidade por causas infecciosas e externas, as mulheres indígenas mostram um aumento simultâneo da mortalidade por doenças crónicas (circulatórias, digestivas, respiratórias) sem correspondente diminuição das outras causas (FUNASA, 2010; Gracey & King, 2009). Este fenómeno, uma "transição epidemiológica atípica", é a assinatura material da inscrição colonial, onde os corpos suportam simultaneamente o fardo das "doenças da pobreza" e das "doenças da modernidade" (Gracey & King, 2009).

Agência Material: Reinscrição Telúrica como Resposta Fisiológica

As estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres indígenas validam a dimensão da agência material, demonstrando que a reinscrição não é apenas uma rearticulação simbólica, mas uma prática com efeitos fisiológicos mensuráveis (Blocker, 1999). Os movimentos de soberania alimentar, liderados por mulheres indígenas em múltiplos contextos, constituem uma forma paradigmática de reinscrição (LaDuke, 2005; Power, 2008). Estas práticas não são meramente culturais ou nostálgicas, mas estratégias de saúde pública que intervêm diretamente na via metabólica da incorporação (Power, 2008).

A soberania alimentar, definida como o direito de uma comunidade ter autonomia sobre os seus sistemas alimentares, abrange projetos de preservação de sementes, programas agrícolas para jovens e promoção de práticas alimentares tradicionais (LaDuke, 2005; Morrison, 2011). Em contexto rural de Oklahoma, 56% dos indígenas americanos relataram acesso a uma quantidade inadequada de alimentos e 62% a uma qualidade inadequada (Love et al., 2018). No Canadá, iniciativas como o Harvesters Support Grant documentam a redução da prevalência de diabetes, hipertensão e obesidade entre participantes (Power, 2008). A reintegração de práticas de medicina tradicional constitui outra modalidade de reinscrição, articulando conhecimentos ancestrais e tecnologias contemporâneas para produzir cuidados culturalmente apropriados e clinicamente válidos (Waldram, 2004).

Contudo, embora as intervenções baseadas em alimentos tradicionais demonstrem benefícios a curto prazo, a sua sustentabilidade e impacto na insegurança alimentar — primariamente um problema económico — permanecem limitados (Kuhnlein & Receveur, 1996; Morrison, 2011). Esta limitação não invalida o conceito de agência material, mas demonstra que a reinscrição constitui uma luta contínua dentro de um campo de poder estrutural constrangedor (Coulthard, 2014). A agência emerge da materialidade inscrita e é fisiologicamente eficaz, mas a sua capacidade transformadora permanece limitada pelas estruturas que produzem a inscrição original.

5.3. A Inscrição Racial e o Desgaste Corporal: *Weathering* em Mulheres Negras

O mecanismo triádico revela com precisão como a abstração da "raça" se torna uma realidade biológica concreta com consequências letais (Williams & Mohammed, 2009).

Marcação: Os corpos de mulheres negras são marcados através de estereótipos contraditórios e desumanizantes — a "*mammy*" abnegada, a "*jezebel*" hipersexualizada, a "*sapphire*" agressiva (Collins, 2000). Esta tecnologia de marcação não cria apenas imagens culturais, mas gera uma forma única e incessante de *stress* psicossocial, posicionando as mulheres negras em configurações sociais que exigem hipervigilância

constante e esforço adaptativo elevado para navegar em ambientes hostis (Williams & Mohammed, 2009; Geronimus, 2001).

Incorporação: O conceito de *weathering* designa o processo de incorporação da inscrição racial (Geronimus, 2001; Geronimus et al., 2006; McEwen, 1998). Geronimus (2001) define-o como "deterioração precoce da saúde como consequência do impacto cumulativo de experiências repetidas com exclusão social, económica ou política", incluindo o "custo físico de enfrentar ativamente as barreiras estruturais" ao bem-estar e ao sucesso (Geronimus, 2001, p. 637). A exposição crónica a fatores de *stress*, como o racismo, a pobreza, a discriminação, desencadeia "alterações específicas nos sistemas endócrino, imunológico, cardiovascular e neurológico" (Geronimus et al., 2006, p. 826), manifestando-se em múltiplos indicadores biológicos e culminando em doenças e consequências de envelhecimento que aparecem mais cedo do que seria esperado para a idade cronológica (Geronimus, 2001; McEwen, 1998).

A via fisiológica é clara: a exposição contínua a microagressões, discriminação institucional e violência sistémica conduz à ativação crónica do eixo HPA e do sistema imunitário (Geronimus et al., 2006; McEwen, 1998; Williams & Mohammed, 2009). Este estado de alerta fisiológico permanente resulta num "desgaste" em múltiplos sistemas corporais, mensurável através do conceito de "carga alostática" (*allostatic load*) (Geronimus et al., 2006, p. 827; McEwen, 1998).

Materialização: Os biomarcadores fornecem a prova empírica, quantificável e irrefutável da materialização:

Carga Alostática Elevada: Mulheres negras apresentam consistentemente valores de carga alostática mais elevados do que mulheres brancas em todas as faixas etárias, particularmente entre os 35 e os 64 anos (Geronimus et al., 2006; Chyu & Upchurch, 2018). Crucialmente, as "[d]iferenças raciais não foram explicadas por pobreza. Mulheres negras pobres e não-pobres tiveram a mais alta e segunda mais alta probabilidade de valores elevados de carga alostática, respetivamente, e os valores excedentes mais altos comparados aos seus homólogos masculinos ou brancos" (Geronimus et al., 2006, p. 826). Mulheres negras não-pobres entre os 55 e os 64 anos

tenham cinco vezes mais probabilidade de valores elevados comparadas às suas homólogas brancas (Geronimus et al., 2006), demonstrando que o racismo estrutural, não a classe económica, é o determinante primário da deterioração fisiológica (Williams & Mohammed, 2009; Geronimus et al., 2006).

Envelhecimento Celular Acelerado: A evidência mais contundente provém de estudos sobre o comprimento dos telómeros. Mulheres negras apresentam telómeros significativamente mais curtos do que mulheres brancas da mesma idade cronológica, indicando envelhecimento biológico acelerado, correspondente a uma diferença de 7 a 10 anos (Geronimus et al., 2010; Liu & Kawachi, 2017). Estudos longitudinais demonstram que aumentos nas experiências de discriminação racial estavam associados a um encurtamento mais rápido dos telómeros ao longo de 10 anos ($b = -0,019$, $p = 0,015$) (Liu & Kawachi, 2017). Alguns estudos transversais indicam que, em média, adultos negros podem ter telómeros ligeiramente mais longos do que adultos brancos (Needham et al., 2013; Geronimus et al., 2010). Esta aparente contradição não invalida a hipótese do *weathering*: estudos longitudinais — que medem mudanças ao longo do tempo no mesmo indivíduo — demonstram consistentemente que a taxa de encurtamento dos telómeros é acelerada em mulheres negras, especialmente quando expostas à discriminação racial (Geronimus et al., 2010; Chyu & Upchurch, 2018; Liu & Kawachi, 2017).

Inflamação Crónica Sistémica: A inscrição racial materializa-se como estado inflamatório crónico de baixo grau. Mulheres negras apresentam níveis sistematicamente mais elevados de marcadores inflamatórios como a Proteína C-Reactiva (PCR) e a Interleucina-6 (IL-6) (Chyu & Upchurch, 2018; Cunningham et al., 2012). A associação é quantificável: por cada domínio adicional de discriminação racial incidente experienciado ao longo de dois anos, os níveis de PCR aumentaram 3,98% (Cunningham et al., 2012).

Consequências Letais: As disparidades extremas na mortalidade materna, onde as mulheres negras nos EUA morrem a taxas 3 a 4 vezes superiores às das mulheres brancas, são a consequência letal deste processo de desgaste fisiológico (CDC, 2019;

Bohren et al., 2015; Creanga et al., 2015). Uma mulher negra com formação universitária tem um risco maior de mortalidade materna do que uma mulher branca com apenas o ensino secundário (CDC, 2019; Creanga et al., 2015; Creanga et al., 2017). Este facto empírico desafia as explicações que reduzem as disparidades de saúde a meras questões de classe e é consistente com a inscrição diferencial como operador analítico que procura explicar o excesso de risco que o racismo inscreve no corpo (Williams & Mohammed, 2009).

Agência Material: Autocuidado Radical como Reinscrição Fisiológica

As práticas de "autocuidado radical", teorizadas por Audre Lorde e atualizadas por ativistas contemporâneas, bem como os movimentos de "*birth justice*" (justiça no nascimento), representam estratégias de reinscrição que intervêm diretamente nas vias fisiológicas da incorporação (Lorde, 1988; Ross & Solinger, 2017; brown, 2017). Estas práticas — criação de redes de apoio comunitário, utilização de doulas culturalmente competentes, promoção de práticas de *mindfulness*, luta por ambientes seguros — não são apenas "psicológicas" ou "culturais", mas intervenções materiais que visam mitigar o *stress* crónico, reduzir a hipervigilância e, conseqüentemente, diminuir a ativação do eixo HPA e a resposta inflamatória (Lorde, 1988; brown, 2017; McEwen, 1998).

O conceito de "autocuidado radical" constitui uma estratégia específica de reinscrição que opera através da transformação do cuidado de si numa prática política que resiste ativamente aos processos de inscrição diferencial que operam através do racismo e do sexismo (Lorde, 1988; brown, 2017). O autocuidado radical não constitui uma prática individualista ou despolitizada, mas uma forma específica de resistência que reconhece que a transformação política exige necessariamente a transformação das materialidades corporais que foram danificadas através da opressão (Lorde, 1988; brown, 2017).

O movimento de "*birth justice*", desenvolvido por mulheres negras, constitui um exemplo paradigmático desta estratégia de reinscrição (Ross & Solinger, 2017). Enraizado na estrutura mais ampla da justiça reprodutiva, o movimento defende que cada pessoa tem o direito humano de manter o seu poder, autonomia e dignidade durante a gravidez, o parto e o período pós-parto — acesso a cuidado livre de

discriminação e coerção, culturalmente relevante, que aborde as desigualdades raciais e sociais que determinam os desfechos da saúde materna e infantil. Este movimento desenvolve práticas alternativas (parteiras comunitárias, doulas, centros de nascimento alternativos) que operam através de modalidades de cuidado que reconhecem e respondem às especificidades da experiência das mulheres negras (Ross & Solinger, 2017; CDC, 2019). Ao fazê-lo, estas práticas validam que a agência emerge da própria materialidade inscrita e possui o potencial de transformar as condições de incorporação, produzindo espaços de "respiro material" dentro de estruturas opressivas.

5.4. A Inscrição Fronteiriça e a Precarização da Vida: Mulheres Migrantes

Marcação: O corpo migrante é marcado através da categoria legal de "ilegal" ou "indocumentado". Conforme teorizado por Nicholas De Genova, a "ilegalidade" não é propriedade intrínseca do migrante, mas estatuto produzido ativamente pelo Estado-nação para criar uma força de trabalho vulnerável e explorável (De Genova, 2002). Esta marcação funciona como tecnologia de poder que gera precariedade existencial, exclusão social e hipervigilância constante face à ameaça de detenção e deportação.

Incorporação: O *stress* crónico que deriva desta marcação constitui o processo central de incorporação. A vida sob ameaça constante de deportação não é apenas fonte de ansiedade, mas um fator de *stress* fisiológico que se inscreve no corpo através de vias específicas (Viruell-Fuentes et al., 2012). A investigação documenta que o medo da deportação está associado a sintomas somáticos (dores de cabeça, problemas gastrointestinais) e contribui para o desenvolvimento de diabetes, doenças cardíacas e hepáticas (Castañeda et al., 2015). O conceito de carga alostática explica o desgaste cumulativo em múltiplos sistemas corporais resultante desta exposição prolongada ao *stress* (McEwen, 1998). Estudos sobre imigrantes africanos nos EUA mostram que fatores ligados à precariedade do estatuto (motivo da imigração (asilo/refugiado) e maior duração da residência em condições precárias) estão associados à carga alostática significativamente mais elevada (Acevedo-Garcia et al., 2012).

Um estudo recente sobre mulheres migrantes indocumentadas na Itália revelou que quase dois terços tinham chegado nos últimos 12 meses e 55% estavam desempregadas,

apesar de mais de 60% terem educação secundária ou superior (Castañeda et al., 2015; Viruell-Fuentes et al., 2012). Os cuidados preventivos e reprodutivos (ICD-10 Capítulo XXI) representaram aproximadamente 16% das consultas, seguidos por distúrbios musculoesqueléticos (11%) e genitourinários (10%) (Castañeda et al., 2015). Condições crônicas — endócrinas, circulatórias, respiratórias crônicas e geniturinárias — representaram 15,7% das consultas, e 14,6% das mulheres receberam um diagnóstico crônico durante o acompanhamento (Castañeda et al., 2015). Crucialmente, o estudo documenta uma deterioração da saúde ao longo do tempo: enquanto as primeiras consultas se concentram em cuidados preventivos e reprodutivos, consultas subsequentes revelam mais diagnósticos de condições crônicas e de saúde mental (Castañeda et al., 2015), demonstrando que a precariedade da condição migratória não é *stress* agudo e transitório, mas um processo crônico de incorporação que produz efeitos mensuráveis ao longo do tempo (Viruell-Fuentes et al., 2012).

Materialização: A materialização da inscrição fronteiriça evidencia-se pelo padrão de deterioração da saúde pós-migração. O "*healthy migrant paradox*" — muitos imigrantes chegam aos países de destino com melhores indicadores de saúde do que a população nativa, seguido por declínio progressivo ao longo do tempo — não é uma contradição (Viruell-Fuentes et al., 2012), pois constitui a demonstração temporal do processo de inscrição diferencial: a saúde inicial reflete as condições pré-migratórias e a autosseleção de indivíduos mais saudáveis, enquanto a deterioração subsequente materializa a inscrição no novo contexto de *stress* crônico, exclusão de cuidados de saúde e precariedade.

A evidência sobre hipertensão ilustra esta precisão conceptual. Algumas meta-análises mostram risco globalmente menor de hipertensão relacionada com a gravidez para imigrantes (Acevedo-Garcia et al., 2012). Contudo, uma análise mais detalhada revela que este efeito protetor desaparece ou inverte-se para subgrupos específicos, como refugiados, mulheres de países de baixos rendimentos, ou após um período mais longo de residência no país de acolhimento (Acevedo-Garcia et al., 2012; Viruell-Fuentes et al., 2012). Esta aparente contradição reforça a tese central: prova que a inscrição não é monolítica ("migrante"), mas diferencial. O risco materializado depende da marcação

específica (refugiado vs. migrante económico qualificado), do país de origem e do tempo de exposição ao ambiente causador de *stress* (Viruell-Fuentes et al., 2012).

Estudos sobre saúde mental documentam que as mulheres migrantes apresentam taxas de depressão, ansiedade e perturbação de *stress* pós-traumático 2 a 3 vezes superiores às da população geral, com prevalências particularmente elevadas entre mulheres que migraram devido a conflitos, perseguição ou violência (Kaltman et al., 2011). Estas taxas revelam a operação de processos contínuos de traumatização através da própria condição de precariedade legal e social que caracteriza a experiência migratória (Viruell-Fuentes et al., 2012).

Agência Material: Redes de Cuidado como Práticas de Reinscrição

As redes de apoio mútuo e as práticas de medicina popular não são apenas formas de "apoio social" genérico (Hondagneu-Sotelo, 2001; Viladrich, 2006). São infraestruturas materiais e sociais que funcionam como práticas de reinscrição, intervindo diretamente nos processos de incorporação. Ao partilharem conhecimento prático sobre como navegar sistemas burocráticos, aceder a cuidados de saúde alternativos e evitar a deportação, estas redes reduzem ativamente a carga de *stress* crónico e a hipervigilância que definem a vida com estatuto precário (Hondagneu-Sotelo, 2001). Elas criam formas de sociabilidade e cuidado que compensam parcialmente a perda das redes familiares e comunitárias de origem, mitigando o isolamento — conhecido fator de risco para a saúde (Viladrich, 2006).

As práticas de medicina popular desenvolvidas por mulheres migrantes constituem estratégias de reinscrição através da adaptação criativa de conhecimentos tradicionais de cura às condições específicas da migração (Viladrich, 2006; Waldstein, 2010). O desenvolvimento de "*promotoras de salud*" (promotoras de saúde) constitui um exemplo desta estratégia que opera através da formação de mulheres migrantes como agentes comunitárias de saúde, articulando conhecimentos biomédicos básicos com compreensões culturais específicas e análises políticas das condições que afetam a saúde das suas comunidades (Ayón et al., 2010). Este modelo não se limita a melhorar o acesso a cuidados de saúde, mas desenvolve formas específicas de liderança

comunitária que transformam as próprias mulheres migrantes de beneficiárias passivas de serviços em agentes ativas de transformação social (Ayón et al., 2010; Castañeda et al., 2015).

5.5. Conclusão: Padrões Transversais e Especificidades Irredutíveis

A análise da materialização da opressão nos três grupos de mulheres — indígenas, negras e migrantes — através do operador conceptual da inscrição diferencial oferece evidência empírica que corrobora a sua pertinência explicativa. A evidência apresentada sugere que a inscrição diferencial não é apenas ferramenta de análise teórica, mas conceito que pode orientar investigação empírica, contribuindo para identificar padrões e mecanismos que podem permanecer opacos através de outras lentes analíticas.

A análise revelou padrões transversais que operam através de contextos distintos. Apesar das diferentes tecnologias de marcação — a construção colonial do "primitivo", a racialização do corpo negro e a produção legal da "ilegalidade" — emergiu um mecanismo de incorporação comum: a ativação crónica dos sistemas de resposta ao *stress* (eixo HPA, sistema imunitário) (McEwen, 1998; Geronimus et al., 2006). Esta ativação sustentada leva a desgaste fisiológico mensurável, manifestado através da carga alostática, inflamação crónica e envelhecimento celular acelerado (Geronimus et al., 2006; Chyu & Upchurch, 2018). Esta convergência num mecanismo fisiológico partilhado, apesar da diversidade das formas de opressão, corrobora a pertinência do modelo de incorporação proposto e sugere a sua aplicabilidade transversal.

Simultaneamente, a análise demonstrou como o conceito permite articular as especificidades irredutíveis de cada situação: a via metabólica da desinscrição territorial em mulheres indígenas (Kuhnlein & Receveur, 1996), o envelhecimento celular medido por telómeros em mulheres negras (Geronimus et al., 2010) e o padrão de deterioração da saúde pós-migração em mulheres migrantes (Viruell-Fuentes et al., 2012) são manifestações materiais distintas que correspondem a processos de marcação específicos.

Capítulo 6: Considerações Finais: Corpo, Poder e Transformação

A Resposta à Aporia: Síntese da Contribuição Teórica

Esta dissertação abordou uma aporia que atravessa o pensamento feminista contemporâneo: como articular o reconhecimento da historicidade radical das categorias de sexo e gênero com a necessidade política de fundamentar a resistência feminista numa materialidade corporal que não pode ser reduzida aos seus efeitos discursivos? Esta tensão coloca desafios à articulação de uma política feminista que reconheça simultaneamente que "mulher" é uma categoria histórica e contingente, mas que os corpos marcados por essa categoria sofrem formas específicas e materialmente reais de opressão que não podem ser dissolvidas através da mera resignificação simbólica.

A resposta desenvolvida — o conceito de inscrição diferencial — constitui uma proposta teórica para esta aporia. Define-se como processo histórico, material-simbólico e hierarquizante através do qual as estruturas de poder marcam diferenças nos corpos, produzindo realidades materiais irreduzíveis que se sedimentam através de três momentos articulados: Marcação, Incorporação e Materialização.

A pertinência deste conceito reside na sua proposta de articular o dilema entre o essencialismo biológico e o construcionismo radical sem recorrer a nenhum dos seus termos. A inscrição diferencial não postula uma natureza feminina pré-discursiva, mas procura mostrar que o discurso opera através da materialidade, não apenas sobre ela (Barad, 2007). O corpo não é tábua rasa onde o poder escreve arbitrariamente, nem essência imutável que determina destinos. É materialidade recalcitrante — possui propriedades irreduzíveis que resistem, colaboram e constroem os processos de inscrição, mas que são simultaneamente transformadas por esses processos.

Esta formulação permite abordar as tensões dialéticas identificadas no paradigma performativo. Onde a teoria da performatividade afirmava que a materialidade é efeito indissociável das normas que governam a sua inteligibilidade, criando uma circularidade que dissolve a possibilidade de resistência material, a inscrição diferencial sugere que a

materialidade possui densidade ontológica que sempre excede a sua captura simbólica. A agência não emerge apenas das falhas na repetição performativa, mas da própria materialidade inscrita. Os corpos não são apenas efeitos de poder, mas agentes que resistem através das mesmas vias materiais através das quais foram oprimidos.

Crucialmente, esta proposta não abandona as intuições fundamentais do paradigma performativo — o reconhecimento da historicidade radical das categorias de identidade, a crítica do essencialismo, a atenção às práticas de citação e repetição através das quais as normas se sedimentam. Pelo contrário, procura aprofundar estas intuições ao sugerir que a performatividade não opera no vazio, mas através de processos materiais específicos que deixam vestígios mensuráveis nos corpos. O slogan "o pessoal é político" adquire assim um significado literal e fisiológico: as estruturas de poder inscrevem-se nos telómeros, nos níveis de cortisol, nos marcadores inflamatórios, nos padrões de mortalidade materna (Geronimus et al., 2006; CDC, 2019).

Da Teoria à Busca Pela Validação Empírica

A exploração empírica deste conceito desenvolveu-se através de uma metodologia que articulou análise filosófica com evidência empírica. As práticas artísticas de Ana Mendieta, Cecilia Vicuña e Teresa Margolles funcionaram como laboratório onde os mecanismos da inscrição diferencial se tornaram observáveis em condições controladas e intensificadas, evidenciando três modalidades específicas de reinscrição que operam através da articulação entre materialidade e simbolismo: a inscrição telúrica (Mendieta), que sugere que a materialidade não é superfície passiva mas agente ativo (Blocker, 1999; Viso, 2004); a inscrição decolonial (Vicuña), que mostra que a violência colonial operou através da desinscrição sistemática de tecnologias corporais que sustentavam formas alternativas de relacionalidade (Andersson e Bryan-Wilson, 2017; Ramachandran, 2011); e a inscrição forense (Margolles), que propõe a ponte conceptual crucial entre o laboratório artístico e o laboratório social ao criar uma versão temporária e estetizada da exposição crónica que define o conceito de *weathering* (Geronimus, 2001; Margolles, 2009).

A análise de três grupos específicos — mulheres indígenas, negras e migrantes — revelou um padrão que corrobora o modelo teórico. Apesar das diferentes tecnologias de marcação (categoria colonial do "primitivo", racialização do corpo negro, produção legal da "ilegalidade"), emergiu um mecanismo de incorporação transversal: a ativação crónica dos sistemas de resposta ao *stress* que conduz a desgaste fisiológico mensurável — carga alostática, inflamação crónica e envelhecimento celular acelerado (McEwen, 1998; Geronimus et al., 2006). Esta convergência num mecanismo fisiológico partilhado é consistente com a aplicabilidade transversal do modelo: diferentes formas de opressão operam através de vias materiais comuns que podem ser identificadas, medidas e potencialmente interrompidas. Simultaneamente, o conceito permitiu articular a especificidade irreduzível de cada situação através das manifestações materiais distintas que correspondem a processos de marcação específicos.

Horizonte Político: Para uma Política Feminista da Materialidade

Se a opressão se inscreve literalmente nos corpos através de vias fisiológicas específicas, a resistência não pode limitar-se à resignificação simbólica, mas pode operar através de práticas materiais de reinscrição que intervêm diretamente nestas vias.

As práticas de reinscrição já estão a acontecer: mulheres indígenas que lideram movimentos de soberania alimentar intervêm diretamente na via metabólica da incorporação, produzindo reduções mensuráveis em biomarcadores de doença metabólica (Power, 2008; LaDuke, 2005); mulheres negras que desenvolvem práticas de autocuidado radical e movimentos de *birth justice* mitigam a ativação crónica do eixo HPA e os seus efeitos inflamatórios, criando espaços de "respiro material" dentro de estruturas opressivas (Lorde, 1988; Ross & Solinger, 2017); mulheres migrantes que constroem redes de cuidado mútuo e reativam práticas de medicina popular reduzem ativamente a carga de *stress* crónico através de infraestruturas sociais que funcionam como práticas de reinscrição (Hondagneu-Sotelo, 2001; Viladrich, 2006).

Contudo, estas formas de agência, embora fisiologicamente eficazes, operam dentro de um campo de poder que as constrange. As práticas de soberania alimentar melhoram a saúde metabólica, mas não podem, sozinhas, resolver a insegurança alimentar que é

primariamente um problema económico e político de despossessão territorial (Kuhnlein & Receveur, 1996). O autocuidado radical mitiga os efeitos do racismo estrutural, mas não elimina as estruturas que produzem o *weathering* (Geronimus, 2001). As redes de cuidado mútuo compensam parcialmente a precariedade migratória, mas não transformam as categorias legais que produzem a "ilegalidade" (De Genova, 2002). Este constrangimento estrutural da agência não invalida o conceito de reinscrição, mas sugere a sua verdadeira natureza: a resistência não é evento pontual de "subversão" performativa, mas luta contínua que opera através de múltiplas escalas — do corpo individual aos movimentos sociais, das práticas de cuidado às transformações institucionais, das estratégias de sobrevivência às políticas de transformação radical.

É neste contexto que o movimento zapatista emerge como exemplo significativo de uma política da reinscrição transformativa que opera em todas estas escalas simultaneamente (Speed, 2007; Mora, 2017). A autonomia zapatista não constitui mera reivindicação de "autodeterminação" num sentido político abstrato, mas prática material de construção de formas alternativas de vida que intervêm diretamente nos processos de inscrição diferencial através de sistemas de justiça, educação e saúde autónomos que articulam conhecimentos tradicionais com ferramentas contemporâneas (Speed, 2007; Baronnet, 2012; Ramachandran, 2011; McEwen, 1998). Crucialmente, a autonomia zapatista não se apresenta como modelo a ser replicado, mas como abertura ontológica — um exemplo de que outras formas de vida são possíveis, que a inscrição diferencial não é destino imutável, que os corpos podem ser reinscritos através de práticas que articulam cuidado individual, transformação comunitária e luta política numa unidade indivisível (Speed, 2007; Mora, 2017).

A análise das práticas de reinscrição sugere uma dimensão crucial que transcende a noção de "resistência" tal como habitualmente formulada. A reinscrição não é meramente reativa, não é apenas defesa contra a opressão, mas processo criativo que produz novas formas de vida, novas modalidades de relacionalidade, novas configurações do possível (LaDuke, 2005; Power, 2008; Lorde, 1988; Speed, 2007; Mora, 2017). Esta dimensão criativa da reinscrição é crucial porque indica que a agência não emerge apenas da resistência à opressão, mas da capacidade ontológica dos corpos de

produzir novidade através de processos de plasticidade, adaptação e transformação que operam em múltiplas escalas temporais — da neuroplasticidade individual às mutações culturais geracionais (Ramachandran, 2011).

Uma política feminista da materialidade não se limita, portanto, a identificar e denunciar os processos de inscrição da opressão, nem mesmo a apoiar práticas de resistência que mitiguem os seus efeitos. Procura criar condições materiais (institucionais, económicas, sociais, epistémicas) para que a capacidade criativa dos corpos possa florescer (Speed, 2007; Collins, 2000). Reconhece que a transformação política não acontece apenas através da tomada do poder estatal ou da mudança de leis, mas através da reinscrição material dos corpos e das comunidades de formas que tornam outras formas de vida não apenas imagináveis, mas fisiologicamente vivíveis (Geronimus, 2001; Speed, 2007).

Limitações e Trabalhos Futuros

A presente investigação enfrenta limitações metodológicas, empíricas e teóricas que delimitam o seu alcance e abrem caminhos para desenvolvimentos futuros.

A exploração empírica do conceito baseia-se predominantemente em estudos desenvolvidos em contextos euroamericanos, com particular ênfase na investigação sobre desigualdades raciais em saúde nos Estados Unidos (Geronimus, 2001; Creanga et al., 2015; CDC, 2019). Investigações futuras devem expandir a base empírica através de estudos desenvolvidos em contextos geográficos, culturais e políticos diversos, explorando especificamente como a inscrição diferencial opera em sociedades com estruturas de poder, sistemas de saúde e cosmologias distintas. Esta expansão não pode ser mera replicação dos mesmos métodos em contextos diferentes, mas exige articulação metodológica entre evidência biomédica e formas locais de conhecimento sobre corpo, saúde e opressão. O diálogo com epistemologias indígenas, africanas e asiáticas pode revelar processos de materialização que não são adequadamente capturados pelos biomarcadores privilegiados pela investigação ocidental.

A ausência de estudos longitudinais que acompanhem processos de inscrição ao longo do tempo constitui outra limitação metodológica. A evidência mobilizada é predominantemente transversal — compara grupos em momentos específicos, mas não

acompanha indivíduos ou comunidades ao longo de períodos prolongados. Estudos longitudinais seriam cruciais para explorar empiricamente a sequência temporal proposta pelo mecanismo triádico de marcação-incorporação-materialização, estabelecendo relações causais mais robustas.

A tensão não completamente resolvida entre o estatuto ontológico e a função epistemológica da inscrição diferencial constitui uma limitação teórica significativa. Não é sempre claro se a inscrição diferencial descreve um processo real que ocorre nos corpos independentemente da nossa conceptualização, ou se funciona primariamente como operador hermenêutico que organiza o nosso conhecimento sobre opressão e materialização. Investigações futuras devem clarificar mais rigorosamente esta questão, desenvolvendo critérios que permitam distinguir entre afirmações ontológicas sobre processos materiais e afirmações epistemológicas sobre quadros interpretativos, especificando as condições sob as quais o conceito poderia ser empiricamente refutado.

Finalmente, a teorização da resistência e das modalidades de reinscrição exige desenvolvimento mais sistemático. A análise desenvolvida é principalmente retrospectiva e qualitativa, baseada em estudos de caso de práticas artísticas específicas. Investigações futuras devem desenvolver critérios sistemáticos para avaliar prospectivamente quando estratégias de resistência serão efetivamente transformadoras e quando podem inadvertidamente reproduzir lógicas de opressão. Particularmente importante é o desenvolvimento de uma análise crítica dos limites materiais da agência em contextos de opressão extrema, articulando uma política da vulnerabilidade e da interdependência que reconheça os limites da agência sem cair na paralisia política.

Caminhos para Investigação Futura

Para além da superação das limitações identificadas, a presente investigação abre caminhos promissores para investigação futura que expandiriam o alcance e a profundidade do conceito de inscrição diferencial. A articulação sistemática entre inscrição diferencial e outras dimensões da vida social para além da opressão constitui um primeiro caminho crucial: como se inscrevem nos corpos o amor, o cuidado, a

solidariedade, a alegria? Investigações futuras podem explorar modalidades "positivas" de inscrição, analisando como práticas de cuidado mútuo, rituais comunitários ou movimentos sociais transformadores produzem materializações corporais específicas.

O desenvolvimento de metodologias participativas de investigação que envolvam comunidades afetadas pela opressão não apenas como "objetos" de estudo, mas como co-investigadoras que participam na formulação de questões, na recolha de dados e na interpretação de resultados, evitaria reproduzir hierarquias epistémicas onde apenas o conhecimento produzido segundo os cânones académicos é reconhecido como válido. Trabalhos futuros devem explorar metodologias de investigação-ação participativa que articulem o rigor académico com o reconhecimento de outras formas de expertise — particularmente o conhecimento situado de quem experiencia diretamente os processos de inscrição opressiva.

A exploração das implicações políticas e práticas do conceito para a organização de movimentos sociais, o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções institucionais constitui outro caminho essencial. O desenvolvimento de uma análise interseccional mais sistemática que examine como diferentes eixos de opressão produzem processos de inscrição material qualitativamente distintos exige investigar se a materialização de opressões interseccionais é meramente aditiva ou se produz efeitos emergentes que não podem ser explicados pela soma das opressões individuais. Finalmente, a articulação entre inscrição diferencial e as transformações contemporâneas nas biotecnologias — particularmente tecnologias de modificação corporal, reprodução assistida e edição genética — torna-se particularmente urgente no contexto de debates sobre pessoas trans e intersexo, onde a relação entre materialidade, identidade e poder assume configurações específicas que requerem análise cuidadosa.

Sobre o Estatuto da Proposta

A inscrição diferencial não é apresentada como descoberta empírica de um fenómeno previamente desconhecido — os processos de materialização da opressão eram conhecidos e documentados por investigações específicas (Geronimus, 2001; McEwen,

1998; Yehuda & Lehrner, 2018). Tampouco é invenção arbitrária de um modelo teórico desconectado da realidade material. O contributo situa-se no nível da elaboração conceptual que articula conhecimento previamente disperso através de um modelo unificado que procura revelar conexões estruturais não visíveis através de outros operadores. Este é o tipo de trabalho que conceitos críticos realizam: não descobrem fenómenos completamente novos nem inventam realidades fictícias, mas reorganizam a compreensão de fenómenos conhecidos de forma a revelar estruturas causais profundas que estavam obscurecidas por conceptualizações inadequadas.

A avaliação do conceito não depende de "provar" que a inscrição diferencial "existe" como objeto empírico, mas de explorar em que medida o modelo cumpre três requisitos simultâneos: pertinência ontológica (os processos materiais identificados ocorrem efetivamente, explorada através da evidência biomédica e epidemiológica), pertinência epistemológica (o modelo explicativo dialoga com limitações de abordagens existentes, desenvolvido através da análise crítica comparativa) e operacionalidade metodológica (o modelo é operacionalizável e produtivo, explorado através das análises concretas).

Conclusão Final

Esta dissertação explorou como o corpo não é nem essência imutável nem tábua rasa, mas lugar de luta onde as estruturas de poder se inscrevem através de vias materiais específicas e onde a resistência emerge através dessas mesmas vias. A inscrição diferencial propõe-se como ferramenta conceptual para compreender este processo, explorada através de análise artística e evidência empírica que indica padrões sistemáticos de materialização da opressão e de agência transformadora.

Esta investigação sugere e propõe que a materialidade importa, não como limitação biológica que determina destinos, mas como dimensão ontológica através da qual o poder opera e através da qual a transformação se torna possível (Barad, 2007). O pessoal é fisiologicamente político: as estruturas de dominação inscrevem-se nos telómeros, nos níveis de cortisol, nos marcadores inflamatórios, e a resistência opera através de práticas materiais que intervêm diretamente nestas vias para produzir corpos e comunidades capazes de outras formas de vida (Geronimus, 2001; Speed, 2007).

Uma política feminista orientada por esta compreensão não se limita a reivindicar direitos ou representação, mas luta pelas condições materiais — alimentação adequada, cuidados de saúde culturalmente apropriados, autonomia territorial, fim da violência estrutural — que permitem que os corpos floresçam (LaDuke, 2005; Ross & Solinger, 2017; Speed, 2007). O horizonte político que se abre é, simultaneamente, urgente e esperançoso. Urgente, porque a materialização da opressão produz consequências letais mensuráveis em corpos concretos (CDC, 2019; Creanga et al., 2015). Esperançoso, porque a agência já está a acontecer, os corpos já estão a resistir, as práticas de reinscrição já estão a produzir outras formas de vida (Speed, 2007). A tarefa do feminismo não é inventar a resistência, mas reconhecê-la, apoiá-la, amplificá-la e criar as condições para que a capacidade criativa dos corpos possa transformar não apenas os indivíduos, mas as estruturas que os inscrevem (Lorde, 1988; Collins, 2000).

A inscrição diferencial propõe não apenas como conceito teórico, mas como contributo para uma política feminista que leve a sério a materialidade dos corpos não como limitação, mas como lugar privilegiado da luta e da transformação. Os corpos importam. As suas dores são reais, as suas resistências são potentes, as suas capacidades criativas são inesgotáveis. Uma política feminista digna deste nome não pode contentar-se com menos do que a transformação radical das condições materiais que permitem que todos os corpos, e não apenas alguns, possam viver vidas fisiologicamente e politicamente livres (Speed, 2007; Collins, 2000; Lorde, 1988).

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, M. (2010) – The New Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness. Nova Iorque: The New Press.
- ANDERSSON, A.; BRYAN-WILSON, J., eds. (2017) – Cecilia Vicuña: about to happen. Catskill: Siglio Press.
- BAKER, J. H. (2002) – Votes for women: the struggle for suffrage revisited. Oxford: Oxford University Press.
- BANET-WEISER, S. (2018) – Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny. Durham: Duke University Press.
- BARAD, K. (2007) – Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning. Durham: Duke University Press.
- BARSALOU, L. W. (2008) – Grounded cognition. Annual Review of Psychology. Vol. 59, p. 617-645.
- BEAUVOIR, S. de (2010) – O segundo sexo. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [Obra original publicada em 1949.]
- BENNETT, J. (2010) – Vibrant matter: a political ecology of things. Durham: Duke University Press.
- BHASKAR, R. (1975) – A Realist Theory of Science. Leeds: Leeds Books.
- BLACK, J. B.; SEGAL, A.; VITALE, J.; FADJO, C. L. (2012) – Embodied cognition and learning environment design. In JONASSEN, D.; LAND, S., eds. – Theoretical foundations of learning environments. 2.^a ed. Nova Iorque: Routledge, p. 198-223.
- BLOCKER, J. (1999) – Where is Ana Mendieta? Identity, performativity, and exile. Duke University Press.
- BOHREN, M. A.; VOGEL, J. P.; HUNTER, E. C.; LUTSIV, O.; MAKH, S. K.; SOUZA, J. P. [et al.] (2015) – The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: a mixed-methods systematic review. PLOS Medicine. Vol. 12, no. 6, e1001847.

- BRAVE HEART, M. Y. H. (2003) – The historical trauma response among natives and its relationship with substance abuse: a Lakota illustration. *Journal of Psychoactive Drugs*. Vol. 35, n. º 1, p. 7-13.
- BUTLER, J. (1990) – *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque: Routledge.
- BUTLER, J. (1993) – *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. Nova Iorque: Routledge.
- BUTLER, J. (2004) – *Precarious life: the powers of mourning and violence*. Londres: Verso.
- BUTLER, J. (2009) – *Frames of war: when is life grievable?* Londres: Verso.
- CAVARERO, A. (1995) – *In spite of Plato: a feminist rewriting of ancient philosophy*. Cambridge: Polity Press.
- CAVARERO, A. (2000) – *Relating narratives: storytelling and selfhood*. Londres: Routledge.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION [CDC] (2019) – Pregnancy Mortality Surveillance System. Atlanta: CDC. Disponível em: <https://www.cdc.gov/reproductivehealth/maternal-mortality/pregnancy-mortality-surveillance-system.htm>
- CHAMBERLAIN, P. (2017) – *The feminist fourth wave: affective temporality*. Londres: Palgrave Macmillan.
- CHYU, L.; UPCHURCH, D. M. (2018) – Racial and ethnic patterns of allostatic load among adult women in the United States: findings from the National Health and Nutrition Examination Survey 1999-2004. *Journal of Women's Health*. Vol. 27, no. o 1, p. 49-57.
- COLLINS, P. H. (2000) – *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2.ª ed. Nova Iorque: Routledge.
- COULTHARD, G. S. (2014) – *Red skin, white masks: rejecting the colonial politics of recognition*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- CREANGA, A. A.; BATEMAN, B. T.; KUKLINA, E. V.; CALLAGHAN, W. M. (2015) – Racial and ethnic disparities in severe maternal morbidity: a multistate analysis, 2008-2010. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*. Vol. 210, n. º 5, p. 435.e1-435.e8.
- CREANGA, A. A.; SYVERSON, C.; SEED, K.; CALLAGHAN, W. M. (2017) – Pregnancy-related mortality in the United States, 2011-2013. *Obstetrics & Gynecology*. Vol. 130, n. º 2, p. 366-373.
- CREAR-PERRY, J.; CORREA-DE-ARAUJO, R.; LEWIS JOHNSON, T.; McLEMORE, M. R.; NEILSON, E.; WALLACE, M. (2021) – Social and structural determinants of health inequities in maternal health. *Journal of Women's Health*. Vol. 30, no. o 2, p. 230-235.
- CRENSHAW, K. (1989) – Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. Vol. 1989, n. º 1, p. 139-167.
- CRENSHAW, K. (1991) – Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*. Vol. 43, n. º 6, p. 1241-1299.
- CUNNINGHAM, T. J.; SEEMAN, T. E.; KAWACHI, I.; GORTMAKER, S. L.; JACOBS, D. R.; KIEFE, C. I.; BERKMAN, L. F. (2012) – Racial/ethnic and gender differences in the association between self-reported experiences of racial/ethnic discrimination and inflammation in the CARDIA cohort of 4 US communities. *Social Science & Medicine*. Vol. 75, n.º 5, p. 922-931.
- CURIEL, O. (2013) – La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica.
- DAMASIO, A. (1994) – Descartes' error: emotion, reason, and the human brain. Nova lorque: Putnam.
- DAMASIO, A. (2000) – The feeling of what happens: body and emotion in the making of consciousness. San Diego: Harcourt.
- DAVIS, A. Y. (1981) – Women, Race & Class. Nova lorque: Random House.

- DE GENOVA, N. P. (2002) – Migrant "illegality" and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 31, p. 419-447.
- DE GENOVA, N. P. (2010) – The Deportation Regime: Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement. In DE GENOVA, N. P.; PEUTZ, N., eds. – *The Deportation Regime*. Durham: Duke University Press, p. 33-65.
- DERRIDA, J. (1986) – *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Porto: Rés-Editora. [Obra original publicada em 1972.]
- EDELMAN, G. M. (1987) – *Neural Darwinism: the theory of neuronal group selection*. Nova Iorque: Basic Books.
- EVANS, S. M. (1979) – *Personal politics: the roots of women's liberation in the civil rights movement and the new left*. Nova Iorque: Knopf.
- FOUCAULT, M. (1994) – *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água. [Obra original publicada em 1976.]
- FOUCAULT, M. (2013) – *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20.^a ed. Lisboa: Edições 70. [Obra original publicada em 1975.]
- FRASER, N. (1995) – From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a post-socialist age. *New Left Review*. N.º 212, p. 68-93.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE [FUNASA] (2010) – *Inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas*. Brasília: FUNASA.
- GATENS, M. (1996) – *Imaginary bodies: ethics, power and corporeality*. Londres: Routledge.
- GERONIMUS, A. T. (2001) – Understanding and eliminating racial inequalities in women's health in the United States: the role of the Weathering Conceptual Framework. *Journal of the American Medical Women's Association*. Vol. 56, n.º 4, p. 133-136.
- GERONIMUS, A. T.; HICKEN, M.; KEENE, D.; BOUND, J. (2006) – "Weathering" and age patterns of allostatic load scores among blacks and whites in the United States. *American Journal of Public Health*. Vol. 96, n.º 5, p. 826-833.

- GERONIMUS, A. T.; HICKEN, M. T.; PEARSON, J. A.; SEASHOLS, S. J.; BROWN, K. L.; CRUZ, T. D. (2010) – Do US black women experience stress-related accelerated biological aging? *Human Nature*. Vol. 21, n. º 1, p. 19-38.
- GERONIMUS, A. T.; PEARSON, J. A.; LINNENBRINGER, E.; SCHULZ, A. J.; REYES, A. G.; EPEL, E. S. [et al.] (2015) – Race-ethnicity, poverty, urban stressors, and telomere length in a Detroit community-based sample. *Journal of Health and Social Behavior*. Vol. 56, n. º 2, p. 199-224.
- GROSZ, E. (1994) – *Volatile bodies: Toward a Corporeal Feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- GRUBER, K. J.; CUPITO, S. H.; DOBSON, C. F. (2013) – Impact of doulas on healthy birth outcomes. *Journal of Perinatal Education*. Vol. 22, n. º 1, p. 49-58.
- HANISCH, C. (1970) – The personal is political. In FIRESTONE, S.; KOEDT, A., eds. – *Notes from the second year: women's liberation*. Nova Iorque: [s.n.], p. 76-78.
- HEMMINGS, C. (2011) – *Why Stories Matter: The Political Grammar of Feminist Theory*. Durham: Duke University Press.
- HOFFMAN, K. M.; TRAWALTER, S.; AXT, J. R.; OLIVER, M. N. (2016) – Racial bias in pain assessment and treatment recommendations, and false beliefs about biological differences between blacks and whites. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. Vol. 113, n. º 16, p. 4296-4301.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. (2001) – *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley: University of California Press.
- hooks, b. (1981) – *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. (2020) – *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IRIGARAY, L. (1984) – *An Ethics of Sexual Difference*. Trad. Carolyn Burke e Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press. [Obra original publicada em 1984.]

- IRIGARAY, L. (2017) – Este sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher. Trad. Carol Mendonça. São Paulo: Levoir. [Obra original publicada em 1977.]
- JONES, A. (1998) – Body art/performing the subject. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KALTMAN, S.; HURTADO DE MENDOZA, A.; GONZALES, F. A.; SERRANO, A.; GUARNACCIA, P. J. (2011) – Contextualizing the trauma experience of women immigrants from Central America, South America, and Mexico. *Journal of Traumatic Stress*. Vol. 24, n. ° 6, p. 635-642.
- KIRBY, V. (1997) – Telling Flesh: The Substance of the Corporeal. Londres: Routledge.
- KITTLER, F. (2009) – Discourse Networks 1800/1900. Stanford: Stanford University Press. [Tradução para o inglês da obra original publicada em alemão em 1985.]
- KOROUS, K. M.; CAUSADIAS, J. M.; CASPER, D. M. (2017) – Racial discrimination and cortisol output: a meta-analysis. *Social Science & Medicine*. Vol. 193, p. 90-100.
- KOZHIMANNIL, K. B.; VOGEL, R. I.; HARDEMAN, R. R.; TRIPATHI, V. (2016) – Disrupting the pathways of social determinants of health: doula support during pregnancy and childbirth. *Journal of the American Board of Family Medicine*. Vol. 29, no. 3, p. 308-317.
- KRIEGER, N. (2011) – Epidemiology and the People's Health: Theory and Context. Oxford: Oxford University Press.
- KUHNLEIN, H. V.; RECEVEUR, O. (1996) – Dietary change and traditional food systems of indigenous peoples. *Annual Review of Nutrition*. Vol. 16, n. ° 1, p. 417-442.
- LADUKE, W. (2005) – Recovering the sacred: the power of naming and claiming. Cambridge: South End Press.
- LEDOUX, J. (1996) – The emotional brain: the mysterious underpinnings of emotional life. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- LEDOUX, J. (2000) – Emotion circuits in the brain. *Annual Review of Neuroscience*. Vol. 23, p. 155-184.

- LEWIS, T. T.; AIELLO, A. E.; LEURGANS, S.; KELLY, J.; BARNES, L. L. (2010) – Self-reported experiences of everyday discrimination are associated with elevated C-reactive protein levels in older African American adults. *Brain, Behavior, and Immunity*. Vol. 24, n. 3, p. 438-443.
- LIPPARD, L. (1983) – *Overlay: Contemporary Art and the Art of Prehistory*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- LIU, S. Y.; KAWACHI, I. (2017) – Discrimination and telomere length among older adults in the United States: does the association vary by race and type of discrimination? *Journal of Public Health Research*. Vol. 6, n. 2, 1506.
- LLOYD, G. (1984) – *The man of reason: "male" and "female" in Western philosophy*. Londres: Methuen.
- LORDE, A. (1988) – *A burst of light: essays*. Ithaca: Firebrand Books.
- LOWE, P. (2014) – The forensic turn: bearing witness and the "thingness" of the photograph. In KENNEDY, L.; PATRICK, C., eds. – *The violence of the image: photography and international conflict*. Londres: I.B. Tauris, p. 211-234.
- LUGONES, M. (2007) – Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*. Vol. 22, n. 1, p. 186-209.
- LUGONES, M. (2010) – Toward a decolonial feminism. *Hypatia*. Vol. 25, n. 4, p. 742-759.
- MACRINE, S. L.; FUGATE, J. M. B. (2021) – Translating embodied cognition for embodied learning in the classroom. *Frontiers in Education*. Vol. 6, 712626.
- MALABOU, C. (2008) – *What Should We Do with Our Brain?* Nova Iorque: Fordham University Press.
- MALABOU, C. (2012) – *The New Wounded: From Neurosis to Brain Damage*. Nova Iorque: Fordham University Press.
- MCEWEN, B. S. (1998) – Stress, adaptation, and disease: allostasis and allostatic load. *Annals of the New York Academy of Sciences*. Vol. 840, n. 1, p. 33-44.

- MCLEMORE, M. R.; ALTMAN, M. R.; COOPER, N.; WILLIAMS, S.; RAND, L.; FRANCK, L. (2018) – Health care experiences of pregnant, birthing and postnatal women of color at risk for preterm birth. *Social Science & Medicine*. Vol. 201, p. 127-135.
- MEDINA, C. (2009) – Zones of disturbance. In MARGOLLES, T. – What else could we talk about? Barcelona: Editorial RM, p. 23-45.
- MERLEAU-PONTY, M. (1945) – *Phénoménologie de la perception*. Paris : Gallimard.
- MEYER, I. H. (2003) – Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*. Vol. 129, n. ° 5, p. 674-697.
- MOHANTY, C. T. (2003) – *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham: Duke University Press.
- MONK, C.; LUGO-CANDELAS, C.; TRUMPFF, C. (2019) – Prenatal developmental origins of future psychopathology: mechanisms and pathways. *Annual Review of Clinical Psychology*. Vol. 15, p. 317-344.
- MORA, M. (2017) – *Kuxlejal politics: Indigenous autonomy, race, and decolonizing research in Zapatista communities*. Austin: University of Texas Press.
- MORRISON, D. (2011) – Indigenous food sovereignty: a model for social learning. In WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N., eds. – *Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems*. Halifax: Fernwood Publishing, p. 97-113.
- NEEDHAM, B. L.; ADLER, N.; GREGORICH, S.; REHKOPF, D.; LIN, J.; BLACKBURN, E. H.; EPEL, E. S. (2013) – Socioeconomic status, health behavior, and leukocyte telomere length in the National Health and Nutrition Examination Survey, 1999-2002. *Social Science & Medicine*. Vol. 85, p. 1-8.
- NIEDENTHAL, P. M. (2007) – Embodying emotion. *Science*. Vol. 316, n. ° 5827, p. 1002-1005.
- ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. (2015) – Exploring material-discursive practices. *Journal of Management Studies*. Vol. 52, n. ° 5, p. 697-705.

- PASCUAL-LEONE, A. [et al.] (2005) – The plastic human brain cortex. *Annual Review of Neuroscience*. Vol. 28, p. 377-401.
- PETERSEN, E. E.; DAVIS, N. L.; GOODMAN, D.; COX, S.; MAYES, N.; JOHNSTON, E. [et al.] (2019) – Vital signs: pregnancy-related deaths, United States, 2011–2015, and strategies for prevention, 13 states, 2013–2017. *Morbidity and Mortality Weekly Report*. Vol. 68, n. ° 18, p. 423-429.
- POWER, E. M. (2008) – Conceptualizing food security for Aboriginal people in Canada. *Canadian Journal of Public Health*. Vol. 99, n. ° 2, p. 95-97.
- QUILTER, J.; URTON, G., eds. (2002) – *Narrative threads: accounting and recounting in Andean Khipu*. Austin: University of Texas Press.
- RAMACHANDRAN, V. S. (2011) – *The tell-tale brain: a neuroscientist's quest for what makes us human*. Nova lorque: W. W. Norton.
- RAMACHANDRAN, V. S.; BLAKESLEE, S. (1998) – *Phantoms in the brain: probing the mysteries of the human mind*. Nova lorque: William Morrow.
- READING, C. L.; WIEN, F. (2009) – *Health inequalities and social determinants of Aboriginal peoples' health*. Prince George: National Collaborating Centre for Aboriginal Health.
- RICHARD, N. (2004) – *The insubordination of signs: political change, cultural transformation, and poetics of the crisis*. Durham: Duke University Press.
- ROSE, N. (2007) – *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. Princeton: Princeton University Press.
- ROSS, L. J. (2017) – Reproductive justice as intersectional feminist activism. *Souls*. Vol. 19, n. ° 3, p. 286-314.
- ROSS, L.; SOLINGER, R. (2017) – *Reproductive justice: an introduction*. Oakland: University of California Press.
- SALOMON, F. (2004) – *The cord keepers: khipus and cultural life in a Peruvian village*. Durham: Duke University Press.

- SCARRY, E. (1985) – The body in pain: the making and unmaking of the world. Oxford: Oxford University Press.
- SCHWARTZ, D. L.; BLACK, J. B. (1996) – Shuttling between depictive models and abstract rules: induction and fallback. *Cognitive Science*. Vol. 20, n.º 4, p. 457-497.
- SECRETARÍA DE SALUD (2018) – Informe sobre la salud de los mexicanos 2015. Cidade do México: Governo de México.
- SLEPIAN, M. L.; AMBADY, N. (2012) – Fluid movement and creativity. *Journal of Experimental Psychology: General*. Vol. 141, n.º 4, p. 625-629.
- SPEED, S. (2007) – Rights in rebellion: Indigenous struggle and human rights in Chiapas. Stanford: Stanford University Press.
- TERBORG-PENN, R. (1998) – African American women in the struggle for the vote, 1850-1920. Bloomington: Indiana University Press.
- THORPE, R. J.; KENNEDY-HENDRICKS, A.; GRIFFITH, D. M.; BRUCE, M. A.; COA, K.; BELL, C. N. [et al.] (2015) – Race, social and environmental conditions, and health disparities: a contextual approach. *Ethnicity & Disease*. Vol. 25, n.º 4, p. 399-408.
- TREASURE, J.; DUARTE, T. A.; SCHMIDT, U. (2020) – Eating disorders. *The Lancet*. Vol. 395, n.º 10227, p. 899-911.
- VAN DER KOLK, B. (2014) – The body keeps the score: brain, mind, and body in the healing of trauma. Nova Iorque: Viking.
- VICUÑA, Cecilia – *The precarious: the art and poetry of Cecilia Vicuña*. Ed. lit. M. Catherine de Zegher. Middletown : Wesleyan University Press, 1997.
- VISO, Olga M. – *Ana Mendieta: Earth body: sculpture and performance, 1972–1985*. Ostfildern-Ruit: Hatje Cantz; Washington, D.C.: Hirshhorn Museum and Sculpture Garden, 2004.
- WACQUANT, L. (2001) – Deadly symbiosis: when ghetto and prison meet and mesh. *Punishment & Society*. Vol. 3, n.º 1, p. 95-133.

- WALDRAM, J. B. (2004) – Revenge of the windigo: the construction of the mind and mental health of North American Aboriginal peoples. Toronto: University of Toronto Press.
- WALKER, R. (1995) – To be real: telling the truth and changing the face of feminism. In WALKER, R., ed. – To be real: telling the truth and changing the face of feminism. Nova lorque: Anchor Books, p. xxix-xl.
- WALTERS, K. L.; MOHAMMED, S. A.; EVANS-CAMPBELL, T.; BELTRÁN, R. E.; CHAE, D. H.; DURAN, B. (2011) – Bodies don't just tell stories, they tell histories: embodiment of historical trauma among American Indians and Alaska Natives. Du Bois Review. Vol. 8, n. ° 1, p. 179-189.
- WILLIAMS, D. R.; MOHAMMED, S. A. (2009) – Discrimination and racial disparities in health: evidence and needed research. Journal of Behavioral Medicine. Vol. 32, n. ° 1, p. 20-47.
- WILSON, E. A. (2015) – Gut Feminism. Durham: Duke University Press.
- WILSON, M. (2002) – Six views of embodied cognition. Psychonomic Bulletin & Review. Vol. 9, n. ° 4, p. 625-636.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO] (2013) – Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Geneva: WHO Press.
- YEHUDA, R.; LEHRNER, A. (2018) – Intergenerational transmission of trauma effects: putative role of epigenetic mechanisms. World Psychiatry. Vol. 17, n. ° 3, p. 243-257.
- YOUNG, T. K.; READING, J.; ELIAS, B.; O'NEIL, J. D. (2000) – Type 2 diabetes mellitus in Canada's First Nations: status of an epidemic in progress. Canadian Medical Association Journal. Vol. 163, n. ° 5, p. 561-566.
- ZHOU, Y.; JI, S.; XU, T.; WANG, Z. (2018) – Promoting knowledge construction: a model for using virtual reality interaction to enhance learning. Procedia Computer Science. Vol. 130, p. 239-246.